

**RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
2013**

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2013

LISNAVE | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Relatório de Gestão e Contas 2013

Design de Comunicação e Produção

DDLX [www.ddlx.pt]

Direcção de Arte **José Teófilo Duarte**

Design e Paginação **Eva Monteiro | João Silva**

Impressão e Acabamento

SIG – Sociedade Industrial Gráfica

Março 2014

ÍNDICE

Membros dos Órgãos Sociais	7
Convocatória da Assembleia Geral Anual de Accionistas	9
Relatório do Conselho de Administração	13
▶ 1 Introdução	13
▶ 2 Considerações Gerais sobre o Mercado	17
▶ 3 Actividade de Reparação/Manutenção Naval	22
▶ 4 Investimentos/Outros	24
▶ 5 Recursos Humanos	26
▶ 6 Situação Económica e Financeira	30
▶ 7 Perspectivas de Actividade para 2012	39
▶ 8 Proposta de Aplicação de Resultados	41
▶ 9 Referências Finais	41
Balanço	46
Demonstração de Capital Próprio	48
Demonstração de Resultados	49
Demonstração dos Fluxos de Caixa	50
Anexo	51
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	93
Certificação Legal das Contas	95
Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 21 de Março de 2014 Relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas Respeitante ao Exercício de 2013	97
Delegações e Representações	99

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÊNIO 2013-2016

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

Vice-Presidente:

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Secretário:

Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

Conselho de Administração

Presidente:

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais:

Dr. Nelson Nunes Rodrigues

Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Eng. Manuel Serpa Leitão

Comissão Executiva

Presidente:

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Vogais:

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente:

Sr. Francisco José da Silva

Vogais:

Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia

“Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC”

– representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva

Suplente:

Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos - ROC

Secretário da Sociedade

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Comissão de Vencimentos

Presidente:

Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

Secretário:

Dr. Walter Klausmann

ESTRUTURA DA EMPRESA

Conselho de Administração

Comissão Executiva

Comercial

Administrativa

Produção

Gestão de Projectos

Logística

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

Convocatória

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual de Accionistas da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A., para reunir, no dia 21 de Março de 2014, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º – Deliberar sobre o RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS do Exercício de 2013;
- 2º – Deliberar sobre o RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL;
- 3º – Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
- 4º – Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;

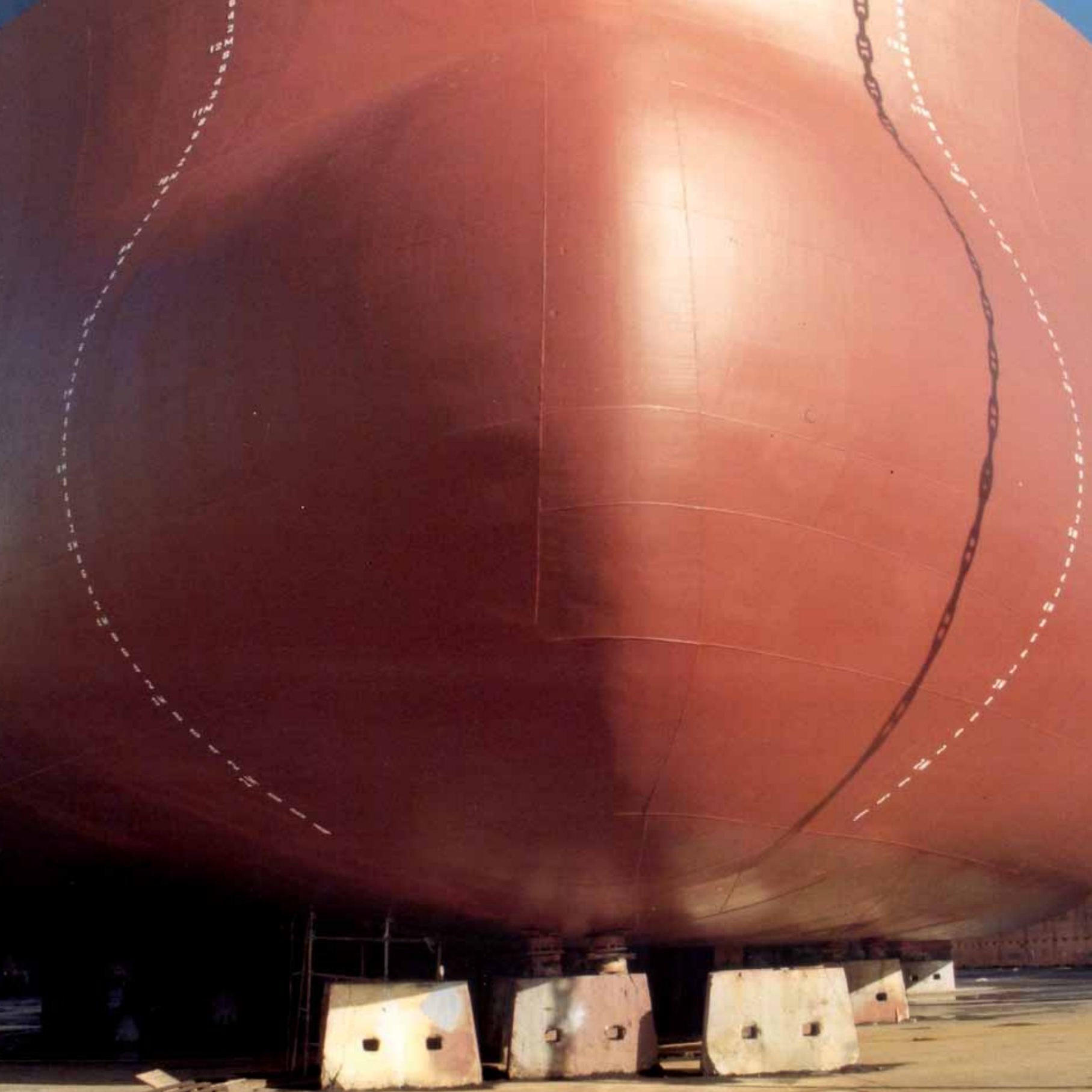
No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo Sítio na Internet, os elementos constantes do artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito a voto.



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 | Introdução

A LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A. registou no Exercício, relativo ao ano de 2013, um bom desempenho global.

Facto que merece ser evidenciado, se se tiver em conta que a actividade continua a estar fortemente condicionada pelos efeitos induzidos pela crise da economia internacional, que se têm vindo a sentir neste sector, desde o ano de 2009.

Como o Conselho de Administração tem vindo a afirmar, noutras oportunidades, o nível de desempenho atingido, patente nos indicadores que se apresentam adiante, demonstra que a LISNAVE se encontra estruturalmente mais preparada para enfrentar os desafios crescentes do mercado muito concorrencial em que opera e vem confirmar, uma vez mais, o acerto das opções estratégicas oportunamente definidas a nível accionista.

Dada a expressão dos indicadores globais de actividade, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, o Conselho de Administração, antes da análise ao Exercício e como vem sendo hábito em anos anteriores, pretende evidenciar que a LISNAVE, desde o início do Plano de Reestruturação, segundo semestre de 1997, procedeu à reparação/manutenção de 2.047 navios, provenientes de mais de 50 países de todo o mundo, o que se traduziu em Vendas de 1,78 mil milhões de Euros, relevando, de entre estes, 1,68 mil milhões, para exportação.

De salientar, ainda, que este volume de actividade, permitiu assegurar o pagamento de Salários globais equivalentes a 1.016 milhões de Euros e entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e outros Impostos, de cerca de 179 milhões de Euros.

O Exercício de 2013

O Exercício, evidenciando, embora, uma ligeira melhoria a nível da procura, manteve-se condicionado pelos efeitos da lenta recuperação do comércio mundial e, designadamente, pelo desequilíbrio, que continua a verificar-se entre a oferta e procura, no mercado de transporte marítimo.

De facto, embora o número de consultas obtidas tenha crescido cerca de 5,8% relativamente a 2012, o seu quantitativo continua a situar-se muito abaixo dos níveis atingidos nos anos que precederam a crise económica internacional.

Fruto, contudo, da intensa actividade comercial desenvolvida e do nível de satisfação dos seus clientes, que lhe permitiram assegurar um volume significativo de “Repeated Business”, a LISNAVE conseguiu atenuar o efeito da situação depressiva em que o mercado se encontra.

Por um lado, através do aumento do número de consultas obtidas, que se fixou em 524, e por outro, melhorando a taxa de sucesso comercial de negociação de encomendas, que aumentou 2 pontos percentuais, para os 22%, o que lhe permitiu, apesar da redução da “factura média” por navio, melhorar os Resultados do Exercício, em virtude de ter aumentado, em 6 unidades, o número de navios reparados.

O conteúdo médio de trabalhos por navio, como decorre do que ficou expresso e por razões diversas, inerentes ao Armador, continuou em queda, embora menos acentuada, fixando-se a factura média nos 757 mil Euros, montante que se situa muito abaixo dos mais de 1 Milhão de Euros deste indicador em 2008 ou 2009.

Efectivamente, os Armadores, no desenvolvimento da sua actividade, continuam a confrontar-se, para além de outros constrangimentos, com uma redução da sua liquidez, provocada por dificuldades inerentes ao mercado de crédito, de entre as quais se destacam, o aumento dos custos de financiamento dos investimentos em navios novos e a rarefacção e preço do crédito à exploração.

De entre os constrangimentos relativos à exploração, sobressai o valor das taxas de frete médias diárias que, em consequência da menor necessidade de transporte marítimo resultante do fraco crescimento do comércio mundial, por um lado, e por outro, do crescimento da oferta resultante da enorme quantidade de navios novos que têm vindo, ano após ano, a entrar em operação, se manteve, pelo quinto ano consecutivo, em níveis dramaticamente baixos, mas que parecem prenunciar, finalmente, uma ligeira inversão de tendência.

Como se pode verificar nos quadros junto, os valores médios diários da taxa de frete de um Petroleiro “Suezmax Moderno”, fixaram-se em cerca de 16 mil Dólares, valor ligeiramente inferior aos 16,2 mil Dólares/dia verificados no ano anterior, mas que representa, apenas, cerca de um terço da taxa média diária de 47,5 mil Dólares, do mesmo afretamento, em 2008.

Evolução ligeiramente positiva, registou, entretanto, a taxa dum Graneleiro “Capesize”, com os respectivos montantes médios anuais a situarem-se nos 14,4 mil Dólares diários, cerca de 3 mil Dólares mais do que em 2012, mas que representam, apenas, cerca de 14,5% das taxas médias de cerca de 100 mil Dólares por dia, que estes navios conseguiram obter nos anos de 2007 e 2008.

Apesar destes constrangimentos, a que se juntam os efeitos igualmente negativos da elevada cotação do Euro face ao Dólar dos EUA, a LISNAVE concluiu o Exercício de 2013 com um volume de Vendas de Reparação Naval de 81

milhões de Euros, montante que sendo ligeiramente superior ao verificado em 2012, parece denotar uma tendência de estabilização. De notar, contudo, que este valor é inferior, em cerca de 37 milhões, ao verificado no ano de 2009.

O total dos Rendimentos de Exploração fixou-se em 88,87 milhões de Euros, isto é, cerca de 3,5 milhões de Euros mais do que no ano de 2012, tendo o total dos Gastos de Exploração verificado um crescimento de apenas cerca de 1,15 milhões.

Em consequência, os Resultados Líquidos do Exercício tiveram uma melhoria sensível, fixando-se em 6,98 milhões de Euros positivos.

A Situação Líquida manteve a tendência de evolução positiva, aumentando para os 34,19 milhões de Euros, valor 6,8 vezes superior ao Capital Social.

Sob o ponto de vista de “Exportação”, uma das “marcas” da sua relevância, a LISNAVE manteve as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo vendido para o mercado externo 79,11 milhões de Euros de serviços de Manutenção e Reparação naval, tendo procedido, apenas, à reparação de um navio de pavilhão nacional.

Do ponto de vista do “Emprego”, a LISNAVE manteve, igualmente, o seu habitual elevado nível de empregabilidade, ligeiramente superior ao verificado no ano anterior, assegurando “emprego equivalente” a cerca de 48,6 milhões de Euros, aos quais correspondem, em média, pouco menos de 2 mil pessoas por dia.

De realçar, ainda, que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança Social e outros Impostos, cerca de 7,9 milhões de Euros, incluindo cerca de 3,2 milhões, relativos a Impostos sobre Rendimentos do Exercício.

No que respeita a Imobilizado, o montante de Investimentos realizados no Exercício ascendeu a 421 mil Euros. De evidenciar, entretanto, que o montante total de Investimentos realizados, desde o Exercício de 2000, ascende globalmente a cerca de 30,6 milhões de Euros.

De notar, por outro lado, o valor muito significativo de custos incorridos pela LISNAVE, com grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos, que ultrapassaram os 1,96 milhões de Euros no Exercício.

Ainda no capítulo de Investimentos, embora, neste caso, sob responsabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, são de referir, pela importância que têm na manutenção das condições de operacionalidade do Estaleiro, os Investimentos relacionados com a reabilitação da rede eléctrica do Estaleiro, a Reabilitação da Ponte Cais 3 e a Construção de um novo viaduto de acesso ao Estaleiro, nos quais foram investidos cerca de 776 mil Euros. De notar que estes Investimentos com a Reabilitação do Estaleiro, iniciados no ano de 2008 e onde assume particular destaque a reparação estrutural da Doca 20, totalizam já 12,37 milhões de Euros.

No capítulo dos Recursos Humanos e dada a importância de que se reveste, particularmente nos tempos austeros que se vivem, é de referir que, na sequência da correspondente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, foi atribuída, em Abril passado, à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, uma Gratificação de Balanço, no montante global de 1 milhão de Euros.

De relevar, ainda, neste capítulo, embora não tenha sido possível a celebração de um Acordo global abrangente, a atribuição de um aumento salarial de 2% à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, deliberação, que veio a merecer o acordo dos seus Representantes.

De destacar, ainda, no que respeita a Recursos Humanos, a deliberação do Conselho de Administração de prosseguir com a promoção de Acções de Formação de Jovens, que abrangeram mais 51 Formandos, dos quais vieram a ser seleccionados para celebraram Contratos de Trabalho com a LISNAVEYARDS, no decurso de Exercício, 44 Jovens Operários.

Recorde-se, a propósito, como o Conselho de Administração tem vindo a referir, que a LISNAVE, dada a indisponibilidade dos Representantes dos Trabalhadores para a celebração de um Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho adequado às características desta actividade, deliberou, oportunamente, redireccionar a sua política de gestão estratégica de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a colaboração estreita da LISNAVEYARDS.

Esta Empresa, cujo objecto social é semelhante ao da LISNAVE, iniciou, como é sabido, a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo ao seu serviço, à data de 31 de Dezembro, 178 Trabalhadores, onde se incluem 135 Directos.

No que respeita a Responsabilidade Social, a LISNAVE continuou com a sua Política de apoios, associando-se a diversas entidades e organizações, com incidência prioritária na área social, através da concessão de donativos, que ascenderam, no Exercício, ao montante de 115 mil Euros.

A LISNAVE manteve a Certificação ISO 9001:2008, mantendo, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS. De assinalar, entretanto, que na sequência dos procedimentos oportunamente iniciados, a LISNAVE obteve, em Outubro passado, a Certificação Ambiental ISO 14001:2004.



De referir, finalmente, pela relevância do facto, a 100ª Docagem de um navio da “American Eagle Tankers”, cujo evento foi condignamente celebrado, em Março passado, aquando da entrada em doca do 100º navio da “AET”, o “Eagle Turin” e contou com a presença de vários dos mais altos representantes do Cliente.

Este acontecimento, não seria digno de registo, se não fosse a excepcionalidade que o caracteriza, quer pela quantidade, quer, particularmente, por assinalar a longevidade de uma relação excepcional de parceria entre a LISNAVE e um dos maiores Armadores mundiais.

A Estrutura Accionista era, em 31 de Dezembro de 2013, a seguinte:

Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	72,83%
Thyssenkrupp Industrial Solutions AG	20,00%
Parública, S.A.	2,97%
Outros Accionistas	4,20%

O Conselho de Administração, a concluir a apreciação geral do Exercício, deseja manifestar a sua satisfação pelo facto de ter sido possível, na sequência da competente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas de 2013, proceder, pelo oitavo ano consecutivo, à remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 Accionistas da Empresa.

Perspectivas para o Exercício de 2014

Apesar de se esperar uma tendência de estabilização/ ligeira melhoria das taxas de frete, não se apresentam muito favoráveis as perspectivas para o desenvolvimento próximo da actividade.

Com efeito, apesar da expectativa de alguma recuperação na taxa de crescimento do comércio mundial e do abrandamento do nível de crescimento das frotas mercantes mundiais, espera-se que os Armadores, em função da reduzida rentabilidade dos seus negócios nos últimos cinco anos, se vejam ainda obrigados a manter uma postura de contenção com os orçamentos para manutenção dos seus navios.

O Conselho de Administração, contudo, suportado nos níveis de desempenho que a Empresa tem vindo a conseguir e no elevado nível de qualidade, responsabilidade e envolvimento, que a Gestão e os restantes Colaboradores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar, manifesta aos Senhores Accionistas, o seu sentimento de moderada expectativa, relativamente às perspectivas de estabilização da actividade da LISNAVE para o Ano Económico de 2014.



2 | Considerações Gerais sobre o Mercado

Conjuntura

A tendência de redução do crescimento da economia mundial verificada, desde que no ano de 2010 recuperou da forte recessão de 2009, manteve-se no ano de 2013. Esta redução, atingiu quase todas as regiões e organizações económicas, estimando a Organização das Nações Unidas no seu relatório anual – “World Economic Situa-

tion and Prospects 2014” – que o crescimento económico mundial durante o ano de 2013 tenha atingido os 2,1% depois de ter crescido 2,4% em 2012 e 2,8% em 2011.

Na União Europeia, onde várias economias estão em recessão desde 2012, estima-se que, durante o ano de 2013, a economia tenha tido um decréscimo de 0,1%, tendo, na Zona Euro, o decréscimo sido ainda superior, atingindo os 0,5%.



Nos Estados Unidos da América, a economia que no ano de 2012 cresceu a um ritmo superior ao de 2011, inverteu essa tendência, estimando-se que no ano de 2013 tenha crescido 1,6%, um crescimento significativamente inferior ao do ano de 2012 que tinha sido de 2,8%.

No Japão, principalmente devido às medidas adoptadas pelo Governo para estimular a economia, que incluem estímulos fiscais à compra de activos em grande escala pelo Banco Central Japonês, estima-se que a economia tenha mantido o mesmo ritmo de crescimento de 2012 que foi de 1,9%.

As economias em vias de desenvolvimento continuaram a ser afectadas pela redução da procura nos países desenvolvidos, tendo como consequência, uma redução

das importações destes países o que afecta negativamente as suas economias.

Nos países em desenvolvimento da Ásia, que continuaram a ser afectados pela redução das exportações para as economias desenvolvidas e pelo ajustamento da China a taxas de crescimento mais moderadas, estima-se que o crescimento no ano de 2013 tenha sido de 5,6% contra os 5,5% de 2012, apesar de a China ter atingido o crescimento de 7,7%, valor igual ao do ano de 2012 e a Índia ter crescido 4,8%, um valor inferior ao de 2012 que foi de 5,1%.

As economias da América Latina e Caraíbas sofreram também uma redução da sua taxa de crescimento, atingindo no ano de 2013 os 2,6%, depois de terem crescido 3,0% em 2012.

De entre as economias em desenvolvimento, destaque também para a economia do Continente africano, onde o crescimento continua com taxas robustas, estimando-se que tenha atingido, no ano de 2013, um valor de 4,6%, contra os 4,7% de 2012.

Resultado do clima económico anteriormente exposto, a taxa de crescimento do comércio mundial voltou a sofrer nova redução durante o ano de 2013, devida, principalmente, à continuada redução das taxas de crescimento das importações das economias desenvolvidas, atingindo os 2,3%, depois dos 2,9%, em 2012.

Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete

Segundo a Clarkson e em relação às frotas de granéis acima de 10.000 Toneladas de Porte Bruto, a frota de granéis líquidos, cresceu durante o ano de 2013 cerca de 1,1% em número de navios, depois de no ano de 2011 ter crescido cerca de 1,6%. No final do ano de 2013, esta frota tinha atingido os 501,9 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 1,9% em relação ao final do ano de 2012, ano em que tinha crescido 3,4%.

Em termos de entregas de novas construções, foram entregues 196 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 21,5 milhões de TPB, correspondendo a cerca de 4,3% da actual capacidade desta frota.

No que a demolições se refere, foram vendidos para abate 109 navios, com uma capacidade de 10,8 milhões de TPB correspondentes a 2,2% da capacidade da frota actual.

A frota de granéis sólidos, no ano de 2013, teve um crescimento de 4,5% em número de navios e de 6,2% em TPB, atingindo no final do ano os 721,5 milhões de TPB, tendo sido entregues 780 navios com uma capacidade de cerca de 62,1

milhões de TPB o que corresponde a cerca de 8,6% da capacidade actual desta frota e vendidos para abate, 390 navios com uma capacidade de 21,6 milhões de TPB, correspondentes a cerca de 3,0% da capacidade actual desta frota.

O valor do aço vendido para demolição, no mercado Indiano, durante o ano de 2013, cresceu em média cerca de 5% em relação ao ano de 2012, atingindo os 435 Dólares por tonelada para os Petroleiros e os 425 Dólares por tonelada para os Graneleiros.

No final do ano de 2013, a carteira de encomendas de navios novos destinados ao transporte de granéis líquidos, era de 666 navios com uma capacidade de transporte de 61,6 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 12,3% da tonelagem da frota actual. Destes 61,6 milhões de TPB, 27,4 milhões de TPB – correspondentes a 5,5% da frota actual – têm data prevista de entrega durante o ano de 2014.

Na frota de transporte de granéis sólidos, a carteira de encomenda de navios novos era composta por 1.852 navios, com uma capacidade de transporte de 149,7 milhões de TPB o que corresponde a 20,7% da frota actual, tendo 75,1 milhões de TPB, ou seja, 10,4% da frota actual, entrega prevista para o ano de 2014.

Apesar de se estimar que a procura de transporte marítimo mundial tenha crescido cerca de 3,8%, com o transporte de granéis líquidos a crescer cerca de 0,8% e o do transporte de granéis sólidos a crescer cerca de 5,4%, devido ao aumento de oferta de transporte – cerca de 1,9% na frota de transporte de granéis líquidos e cerca de 6,1% na frota de transporte de granéis sólidos – o ano de 2013, no seguimento do que já tinha acontecido no ano anterior, foi, mais uma vez, um ano de fraca rentabilidade para os Armadores, embora com tendências diferentes.

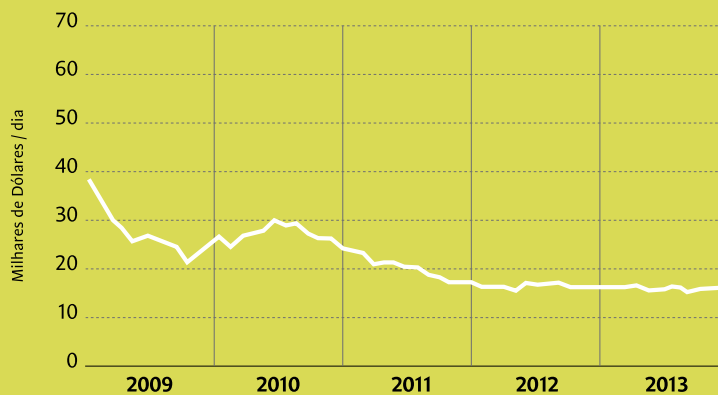


No caso da frota de granéis líquidos, nas faixas de maior dimensão, a tendência foi ainda de redução, sendo no Suezmax Moderno, a taxa de frete média no afretamento

a prazo, no ano de 2013 de cerca de 16.000 Dólares dos EUA por dia, uma redução de cerca de 1,2% em relação ao valor médio de 2012.

Taxa de Frete de Petroleiros Suezmax Moderno

Médias mensais
Fonte: Platou





No caso da frota de granéis sólidos, a tendência de redução inverteu-se durante o segundo semestre, atingindo, no caso dos Capesize com afretamento a um ano,

os valores médios de cerca de 14.400 Dólares dos EUA por dia, um acréscimo de cerca de 26% em relação aos valores médios do ano de 2012.

Taxa de Frete de Graneleiros Capesize – 12 meses

Médias mensais
Fonte: Platou





3 | Actividade de Reparação/Manutenção Naval

Procura

Apesar da redução da taxa de crescimento do comércio mundial, a frota existente tem continuado a crescer, tanto em número de navios, como em capacidade de transporte.

Graças à redução de velocidade que os Armadores foram obrigados a utilizar na gestão das suas frotas, fruto do elevado nível do preço dos combustíveis, paradoxalmente, o número de navios “sem trabalho” não tem aumenta-

do significativamente. Efectivamente, para poderem operar, cumprindo obviamente com os níveis de qualidade exigidos tanto pelos fretadores como pelas sociedades seguradoras, os navios são obrigados a ir aos estaleiros reparadores a fim de se submeterem às acções de manutenção exigidas por estas Entidades.

Como consequência, a procura de reparação naval para a LISNAVE, cujo mercado é mundial, medida em número de consultas, não se ressentiu, e inverteu mesmo a tendência de redução do último ano, tendo atingido valores semelhantes aos verificados no ano de 2009.

Rubricas	2013	2012	2011	2010	2009
Consultas	524	483	617	571	520
Encomendas	113	96	109	114	107
Taxa de Sucesso Comercial	22	20	18	20	19

Neste contexto, nas negociações de consultas realizadas durante o ano de 2013, foram geradas 113 encomendas, mais cerca de 18% que no ano de 2012, tendo a taxa de sucesso comercial de negociação aumentado de 20% para 22%, aumento que fica a dever-se ao nível da actividade comercial desenvolvida pela LISNAVE e, ainda, ao grau de satisfação manifestado pelos seus Clientes.

Actividade Desenvolvida

Terminaram a reparação, na LISNAVE, durante o ano de 2013, 107 navios, 103 dos quais em doca, tendo em termos de volume de trabalho, no segmento de reparação de rotina, a actividade, em termos médios, sido muito semelhante à do ano anterior.

No segmento de grandes reparações, a LISNAVE reparou um navio de pesquisa sísmica onde foi efectuada uma grande reparação de reforço dos guinchos do equipamento de pesquisa sísmica e alterações no sistema de combustível e uma plataforma elevatória de apoio à actividade de “offshore”, onde foi reparada uma perna, depois de se ter partido a respectiva sapata de apoio.

Reparou ainda, a LISNAVE, um navio tanque de transporte de produtos químicos onde foram instaladas cerca de 170 toneladas de aço, em resultado da reparação de uma avaria na proa provocada por uma explosão.

Anos	Nacional	Estrangeiro	Total	Em Doca
2013	1	106	107	103
2012	0	101	101	94
2011	0	101	101	92
2010	1	113	114	106
2009	2	114	116	112



Como nos anos anteriores, a actividade da LISNAVE centrou-se nos seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – constituindo estes, em número, cerca de 64% da actividade, sendo, contudo, de realçar, a penetração noutros segmentos de mercado, tais como o de navios porta contentores, com 18% dos navios reparados e o de transportadores de gás, com 7% dos navios reparados.

Dada a globalização do mercado da LISNAVE, os navios reparados durante o ano de 2013 foram originários de 60 Clientes localizados em 23 países de todo o mundo, sendo os de maior significado, em termos de quantidade, Singapura com 29 navios, Grécia com 20 navios, Inglaterra com 8 navios e Dinamarca e Noruega com 7 navios cada um.



4 | Investimentos/Outros

A LISNAVE, dando continuidade à sua política de investimentos e renovação de infraestruturas, com o objectivo de garantir a manutenção das necessárias condições de operacionalidade do Estaleiro tem, à semelhança dos anos anteriores, assegurado o investimento, quer em novos meios, quer em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes, tendo realizado, no Exercício, cerca de 421 mil Euros, sendo de salientar que os montantes acumulados de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascendem a cerca de 30,6 milhões de Euros, dos quais 20,5 milhões em novos investimentos e cerca de 10,1 milhões em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes.

No Exercício em análise, a LISNAVE suportou ainda custos de mais de 1,96 milhões de Euros com grandes reparações de infraestruturas e equipamentos.

Ao nível dos novos investimentos, importa salientar, para além da manutenção e recuperação de alguns edifícios e

em particular do Armazém Geral e Parque de Reparação de Empilhadores, a aquisição de diverso equipamento informático e de laboratório, de novos equipamentos e ferramentas na área da produção, a progressiva renovação da rede eléctrica, a construção de novos picadeiros e a manufactura de material de andaimes.

Em termos de grandes reparações, importa evidenciar as reparações levadas a cabo na Comporta da Eclusa do Hydrolift, as dragagens dos Cais e Hydrolift, a substituição de aço em 2 batelões de apoio à actividade, a reparação geral de dois Guindastes, a reparação dos 2 Transformadores de 60KV da Subestação, a reparação de 2 Motores Eléctricos de 6KV da Central de Bombagem de Entre Docas e a implementação dum Sistema de Gestão e Monitorização do Consumo de Energia.

De referir, por outro lado, os investimentos relacionados com a reabilitação eléctrica do Estaleiro e com os projectos de reabilitação estrutural da Ponte Cais 3 e Viaduto Rodoviário de acesso ao Estaleiro, tendo sido investidos cerca de 776 mil Euros, os quais, sendo embora da respon-

sabilidade da Concessionária, LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, acrescem aos investimentos efectuados nos Exercícios anteriores, nomeadamente na reparação estrutural da Doca 20 e reabilitação eléctrica do Estaleiro, totalizando 12,37 milhões de Euros.

Protecção Ambiental

A LISNAVE tem vindo a dar continuidade, de forma sistemática e progressiva, à melhoria das suas práticas ambientais.

Neste sentido, em conformidade com a calendarização prevista, superou com sucesso o processo de auditorias respectivas e veio a obter, em Outubro de 2013, a Certificação, pela Lloyd's Register, do seu Sistema de Gestão Ambiental, de acordo com a Norma ISO 14001:2004.

No âmbito do programa de eliminação da granalha residual existente no Estaleiro, importa evidenciar que já foi encaminhada para as Empresas Cimenteiras receptoras, uma quantidade que se estima em mais de 250.000 toneladas, sendo que, durante o ano de 2013, foram enviadas, para além das 10.663 toneladas de granalha produzida durante o Exercício, mais 7.565 toneladas daquela granalha residual, de cuja crivagem veio a resultar um total de 905,5 toneladas de resíduos, que foram encaminhados para Empresa autorizada.

Tecnologias de Informação

A LISNAVE, no âmbito da actualização e melhoria contínua do seu Sistema Informático, tem vindo a proceder, de forma gradual, à implementação de várias acções de melhoria, nomeadamente na área aplicacional SAP, assumindo particular relevância as que se prendem com a adequação do sistema aos novos requisitos legais e fiscais.

Por outro lado, para além de ter sido dada continuidade à renovação do parque informático, importa, salientar, ao nível da infraestrutura, o reforço da sua segurança mediante a actualização do antivírus para a última versão disponível, a evolução verificada na implementação da substituição do anterior sistema de acesso remoto pelo VMware View, com a sua passagem a produtivo, a actualização em termos de espaço disponível efectuada ao armazenamento, bem como o Projecto BIA, projecto de identificação das áreas de maior risco para a continuidade da actividade da Empresa, em caso de ocorrência de desastre.

Certificações

A LISNAVE tem vindo a assumir a Qualidade como factor de sucesso, melhorando continuamente a eficácia do seu Sistema de Gestão da Qualidade, actualmente auto-sustentável.

A LISNAVE, durante o ano de 2013, renovou a Certificação de acordo com a Norma ISO 9001:2008, superou, com sucesso as auditorias realizadas pela Lloyd's Register, tendo mantido, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias e a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

Investigação e Desenvolvimento

A LISNAVE, no âmbito da sua política de I&D, tem procurado prosseguir com a sua participação em projectos europeus, que possam traduzir-se, potencialmente, numa melhoria dos seus processos produtivos, de que é exemplo a actual participação no suporte técnico à CESA, no âmbito do Projecto Leaf, para desenvolvimento de novas tecnologias “antifouling”.

5 | Recursos Humanos

A LISNAVE continua firmemente convencida de que é indispensável proceder ao rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização das condições do Contrato de Trabalho, como forma de procurar assegurar a sua sobrevivência futura.

Neste sentido, tem vindo a proceder ao redireccionamento da sua estratégia de Gestão de Recursos Humanos, depois de ver reiteradamente rejeitadas, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, as propostas para a celebração de um novo IRCT, entretanto apresentadas, a última das quais em Novembro, depois de uma tentativa de negociação desenvolvida desde Abril, envolvendo também o Sindicato do sector e a Autoridade para as Condições do Trabalho.

Foi neste contexto que entre 2006 e 2009, a LISNAVE desenvolveu um primeiro Programa de Formação de Jovens, tendo em vista proporcionar-lhes a aquisição das competências técnicas indispensáveis para os desafios de produtividade futuros e dar início ao processo de rejuvenescimento do seu efectivo, dada a elevada média de idades dos seus Trabalhadores, factor extremamente limitador face à condição física exigida pela actividade.

Como é sabido, foi esta recusa dos ORT's, que levou a LISNAVE a decidir iniciar, com a colaboração do Accionista NAVIVESSEL, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, de acordo com as necessidades, a Empresa contratante de todos os Trabalhadores futuros.

Esta nova Empresa, que adoptou a denominação social "LISNAVEYARDS – NAVAL SERVICES, LDA.", foi legalmente constituída, encontrando-se em actividade de Prestação

de Serviços à LISNAVE, desde Fevereiro de 2009. No âmbito da Estratégia referida, a LISNAVEYARDS procedeu, entretanto, ao recrutamento da maior parte dos jovens que obtiveram aprovação no primeiro Programa de Formação desenvolvido pela LISNAVE.

Prosseguindo com a sua política de rejuvenescimento iniciada em 2006, a LISNAVE promoveu entretanto a realização de um novo Plano de Formação de Jovens, iniciado em 2012, composto por 4 Acções, com características diferentes do primeiro, quer no que à duração diz respeito, quer relativamente ao perfil de candidato requerido. Neste Plano as Acções tiveram uma duração mais curta, em média 418 horas e os candidatos requeridos encontravam-se numa faixa etária mais elevada, entre os 26 e os 37 anos de idade.

O objectivo deste Plano, tal como no anterior, foi o de seleccionar um grupo adequado de jovens e dar-lhe formação nas competências básicas nas quatro áreas com maior necessidade de recursos humanos da Empresa, na perspectiva de vir a contratar, através da LISNAVEYARDS, aqueles que obtivessem um bom aproveitamento final.

Neste sentido, no final de 2013 a LISNAVEYARDS contava com um efectivo de 178 Trabalhadores das diferentes profissões da actividade, 135 dos quais, Trabalhadores directos, tendo sido contratados, no decurso do Exercício, 44 Operários provenientes do Programa de Formação de Jovens anteriormente referido, dois jovens Engenheiros e um Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho.

Encargos com Remunerações

A LISNAVE, ao longo dos últimos anos tem vindo a implementar uma rigorosa política de contenção e controlo de custos, que tem possibilitado uma importante recuperação da Empresa, dotando-a, progressivamente,

de mais-valias competitivas, para enfrentar uma conjuntura de mercado aberto, muito competitivo e com perspectivas económicas internacionais desfavoráveis.

Neste contexto de crescente dificuldade de mercado, o Conselho de Administração, numa atitude responsável, de ponderação e prudência, dado que os Representantes dos Trabalhadores não aceitaram negociar um Acordo mais abrangente, deliberou atribuir um aumento salarial de 2%, com efeitos a 01 de Janeiro, valor relativamente ao qual, os Representantes dos Trabalhadores vieram a não manifestar oposição.

Encargos com pessoal

Rubricas	2013	2012
Remunerações	8.843.843	8.705.715
Trabalho Suplementar	207.103	669.303
Prémios Subsídios e Outras Remunerações	775.301	736.092
Subtotal	9.826.247	10.111.110
Encargos Sociais	4.380.939	4.069.685
Total	14.207.186	14.180.795

(Valores em Euros)

O incremento na rubrica “Remunerações” é resultante do aumento salarial antes referido e da saída “natural” de 5 trabalhadores ao longo do ano. Relativamente ao “Trabalho Suplementar”, a sua redução está directamente relacionada com a indisponibilidade manifestada por muitos Trabalhadores para a realização deste tipo de trabalho, após as alterações introduzidas pelo Código de Trabalho.

Entretanto, na sequência da aprovação em Assembleia Geral realizada no dia 22 de Março, da proposta do Conselho de Administração, foi ainda atribuída a todos os Trabalhadores pertencentes ao efectivo à data da Assembleia, uma Gratificação de Balanço, composta por uma parte fixa correspondente a 80% da Remuneração Fixa Mensal e por duas partes variáveis, uma em função do Absentismo e outra dependente de Avaliação de Desempenho, correspondendo, agregadamente, a uma gratificação total máxima, de 150% da Remuneração Fixa Mensal.

O montante global dos Encargos com Pessoal, cifrou-se em 14,2 milhões de Euros, tal como discriminado no quadro abaixo.

Formação e Desenvolvimento

No Exercício de 2013, foram desenvolvidas várias Acções de Formação Profissional, abrangendo 947 Trabalhadores, contemplando áreas consideradas fundamentais para a Empresa, quer pela sua componente técnica, quer em termos comportamentais e de gestão.

No total de participantes estão incluídos 46 Formandos, que no âmbito do segundo Plano de Formação de Jovens concluído em Abril, frequentaram os Cursos de Formação na área da metalomecânica, promovidos pela LISNAVE.

Formação Externa | 2013

Áreas de Formação	Total Horas	Total Participantes
Desenvolvimento Pessoal	5.403	121
Qualificação /Reciclagem Técnicas de Produção	27.880	307
Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção	3.586	420
Hardware e Software	1.339	41
Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade	552	58
Total	38.760	947

Saúde, Higiene e Segurança

A LISNAVE manteve, no Exercício, a sua tradicional preocupação com a saúde dos seus Trabalhadores. Nesta perspectiva, para além de intervenções pontuais, foram realizados 585 Exames, dos quais 218 da LisnaveYards, subdivididos por 66 Admissões, 333 Periódicos e 186 Ocasionais.

No âmbito da Segurança, o ano de 2013 caracterizou-se pela continuação da tendência de descida de um dos seus Índices de Sinistralidade, o Índice de Frequência, que apresentou um dos seus melhores resultados, situando-se nos 26,15. Por outro lado, o Índice de Gravidade contrariando o registado em 2012 sofreu um ligeiro acréscimo, situando-se agora nos 0,98. Estes dados reflectem o facto de se terem registado menos acidentes, mas também de estes terem originado mais dias úteis perdidos.

Durante o ano 2013, receberam informação, formação e treino de acolhimento e reciclagem em segurança, 1356 Trabalhadores de empresas prestadoras de serviços. Numa vertente mais focada na actividade do Sector de Prevenção e Segurança, foi ministrada formação a 379 pessoas, designadamente a gestores da empresa e de empresas colaboradoras, chefias directas, estagiários, visitas e elementos de tripulações ou de empresas a traba-

lhar para os clientes, numa base de divulgação da “segurança”. No âmbito da colaboração com entidades externas, merecem especial destaque as Acções que envolveram 2 Técnicos de Segurança e Higiene do Trabalho, no âmbito da celebração de um protocolo de formação em contexto de trabalho com a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça; 3 representantes da Universidade Federal da Bahia – Brasil; 22 responsáveis e Técnicos da Galp Energia; 14 Alunos e Professores do Curso de Engenharia Naval do Instituto Superior Técnico; 166 elementos de Tripulações, representantes de Clientes e Trabalhadores de empresas ao serviço dos clientes. De destacar ainda a formação dada a 65 Trabalhadores relativamente ao modo de funcionamento da bomba de abastecimento de combustível existente no Estaleiro.

Para além da Formação referida, o Sector de Prevenção e Segurança participou ainda em acções de sensibilização em “Segurança, Qualidade, Ambiente e Boas Práticas”, promovidas pelos Sectores Produtivos da Empresa e que envolveram 57 pessoas entre Trabalhadores da LISNAVE e Empresas colaboradoras.

De salientar, por outro lado, a informação e regras básicas de segurança que continuaram a ser distribuídas a todo o pessoal externo que entra nas instalações da Empresa, designadamente vendedores, técnicos externos e outras visitas, num total de 1.727 pessoas.



No âmbito da sua política de saúde e contrariamente ao que vem sendo hábito nos anos anteriores, a Empresa não pôde proceder à Campanha de Vacinação, por impossibilidade de obtenção de vacinas.

Outros Indicadores

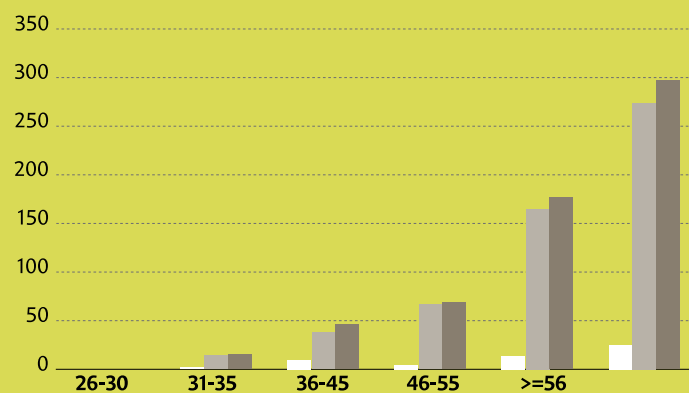
O índice de absentismo revelou tendência de estabilização.

Comparativamente aos indicadores de pessoal de 2012, a LISNAVE viu o seu efectivo ligeiramente reduzido, sendo que em 31 de Dezembro de 2013, o número total de Trabalhadores era de 294, tendo a idade média aumentado para 54 anos.

A distribuição etária do efectivo da LISNAVE, naquela data, era a que o quadro seguinte apresenta.

Distribuição Etária

■ Mulheres
■ Homens
■ Total





6 | Situação Económica e Financeira

Como já foi referido anteriormente, a LISNAVE durante o Exercício de 2013, reparou 107 navios, com uma facturação total de cerca de 81 milhões de Euros.

Conforme se mostra no quadro seguinte, registou-se em 2013 um acréscimo de 1,4% no valor da Facturação, relativa-

mente ao ano anterior, assim como, um aumento de 5,9% no número de navios reparados.

A facturação média por navio, de 757 mil euros, reflecte uma redução de 4,3%, quando comparada com o período homólogo, significando um menor conteúdo de trabalho por navio reparado.

Número de Navios e facturação

Rubricas	2013	2012	2011	2010	2009
N.º Navios Reparados	107	101	101	114	116
Facturação Total	81,0	79,9	80,8	89,6	118,0
Facturação Média Navio	0,757	0,792	0,800	0,786	1,018

(Valores em Milhões de Euros)

A evolução da facturação no último triénio, mostrando uma estabilização da actividade num patamar dos 80 milhões de Euros anuais, poderá indiciar que se atingiu o limite inferior do ciclo de estagnação deste mercado, provocado pela forte quebra dos fretes verificada a partir de 2008, na sequência da crise financeira e económica internacional e do excesso de oferta do mercado do “shipping”.

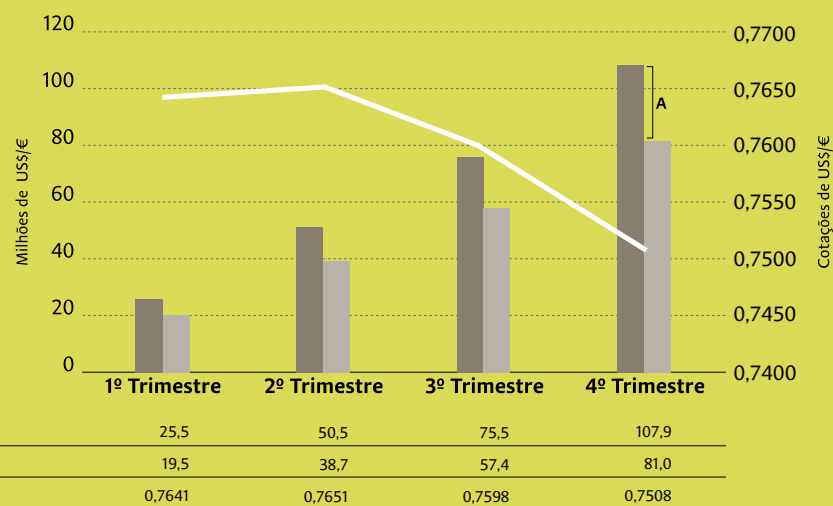
Do conjunto dos factores exógenos, que afectaram a actividade, importa referir pela sua dimensão, o comportamento do Dólar, que tem continuado a exercer uma forte pressão sobre a competitividade da Empresa, obrigando esta a antecipar as medidas e acções correctivas, indispensáveis à sua adaptação ao mercado global

em que se insere, uma vez que os seus principais Clientes continuam a utilizar, primordialmente, o Dólar nas suas transacções comerciais.

Assim, o início da forte depreciação do Dólar, verificada em 2004, que conduziu a uma taxa média anual de 0,8014 Euros, tem mantido um comportamento de forte volatilidade ao longo dos últimos cinco anos, atingindo o valor médio de 0,7508 do Euro em 2013.

O quadro seguinte mostra o impacto que a depreciação do Dólar teve ao longo do Exercício de 2013. Assim, e em termos anuais, foi necessário vender um montante de 107,9 milhões de Dólares para se atingir os 81 milhões de Euros.

Facturação Acumulada de Reparações e Cotações US\$/€ Ano 2013



A = Mais de 26,9 milhões de Dólares

O quadro seguinte mostra a evolução do total das Vendas e Prestações de Serviços.

Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2013	2012	2011	2010	2009
Reparações Navais	81,038	79,945	80,809	89,619	118,032
Rédito dos Navios em Curso	549	-61	-5,150	4,540	-7,550
Outras Actividades	2,801	1,474	2,818	6,862	7,288
Prestações de Serviços	1,315	1,249	1,398	1,489	948
Total	85,704	82,607	79,874	102,510	118,717

(Valores em Milhares de Euros)

O valor total das Rubricas “Reparações Navais” e “Rédito dos Navios em Curso” representou 95,2% do valor total das “Vendas e Prestações de Serviços”, tendo as Rubricas “Outras Actividades” e “Prestações de Serviços” registado, no seu conjunto, um valor de 4,1 milhões de Euros, ou seja, cerca de 4,8% daquele total.

Deve ser salientado que o montante da Rubrica “Outras Actividades” quase duplicou, relativamente ao verificado no Exercício anterior. Este forte crescimento é justificado, pelo incremento das Vendas de Serviços à LISNAVE INFRAESTRUTURAS NAVAIS, com a execução do Plano de Investimentos de reabilitação do Estaleiro, assim como, pelo aumento da procura de serviços não relacionados com a reparação naval.





Continuando a caracterizar a evolução da situação económica da Empresa, apresentam-se, no quadro abaixo, as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2013/2009, mostrando, por um lado, a evolução da

rentabilidade das Vendas, assim como, a evolução do peso relativo dos factores produtivos no total de Rendimentos de Exploração.

Demonstração de Resultados

Rubricas	2013		2012		2011		2010		2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	85,704		82,607		79,874		102,510		118,717	
Trabalhos para a própria empresa	0		0		3		0		4	
Outros rendimentos e ganhos	3,173		2,747		3,829		3,706		4,996	
Total rendimentos de exploração	88,877	100	85,355	100	83,706	100	106,216	100	123,717	100
Custos das mat. primas consumidas	4,302	4.8	5,248	6.1	3,739	4.5	5,347	5.0	5,563	4.5
Fornecimentos e serviços externos	58,493	65.8	55,421	64.9	53,657	64.1	67,051	63.1	75,900	61.3
Gastos com o pessoal	14,207	16.0	14,181	16.6	14,367	17.2	14,783	13.9	15,344	12.4
Depreciações, Imparidad.e Provisões	1,080	1.2	1,899	2.2	2,980	3.6	935	0.9	3,883	3.1
Impostos	113	0.1	104	0.1	62	0.1	186	0.2	188	0.2
Outros gastos e perdas	463	0.5	652	0.8	691	0.8	470	0.4	4,516	3.7
Total de gastos de exploração	78,658	88.5	77,506	90.8	75,496	90.2	88,772	83.6	105,393	85.2
Resultados operacionais	10,219	11.5	7,849	9.2	8,210	9.8	17,444	16.4	18,323	14.8
Resultados de financiamento	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Resultados antes de impostos	10,219	11.5	7,849	9.2	8,210	9.8	17,444	16.4	18,323	14.8
Impostos sobre rend. período (-)	-3,240	-3.6	-2,864	-3.4	-2,996	-3.6	-5,474	-5.2	-6,179	-5.0
Resultado líquido do período	6,980	7.9	4,985	5.8	5,214	6.2	11,970	11.3	12,144	9.8

(Valores em milhares de Euros)



Como apreciação global à Demonstração de Resultados, constata-se que no Exercício de 2013 a situação económica da Empresa melhorou, relativamente ao Exercício anterior, ao alcançar um “Resultado Líquido” de 6,98 milhões de Euros.

O Rácio de Eficiência, que mede o peso relativo da Rubrica “Total de Gastos de Exploração” no “Total de Rendimentos de Exploração”, registou uma melhoria quando comparado com o do ano anterior, apresentando um valor de 88,5%, como resultado da continuação e reforço da política da utilização mais racional dos factores produtivos, fruto de uma gestão por objectivos, praticada a todos os níveis da Empresa.

A LISNAVE continua a não apresentar qualquer valor de “Resultados de Financiamento”, uma vez que não teve necessidade de recorrer a financiamento bancário.

Deve continuar a ser sublinhado que os riscos cambiais, relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados em resultado da decisão da Gestão da Empresa, tomada no final de 2003, de substituir o Dólar pelo Euro na facturação aos Clientes. Assim, as diferenças cambiais registadas no Exercício de 2013 mantiveram-se em níveis não materialmente relevantes.

De modo a completar a análise da evolução económica da Empresa para o período de 2013 a 2009, apresenta-se no mapa seguinte um conjunto de Indicadores e Rácios económicos mais relevantes.

Agregados Económicos

Rubricas	2013	2012	2011	2010	2009
Agregados Globais					
Valor bruto da produção (VBP)	85,704	82,607	79,877	102,510	118,721
Valor acrescentado bruto (VAB)	26,000	24,720	25,485	34,385	41,177
Encargos com pessoal	14,207	14,181	14,367	14,783	15,344
“Gross Cash flow”	11,299	9,748	11,190	18,379	22,207
Número médio de colaboradores	296	306	322	334	337
Rácios					
Valor bruto da produção per capita	289.5	270.0	248.1	306.9	352.3
Encargos com pessoal per capita	48.0	46.3	44.6	44.3	45.5
VAB / VBP	30%	30%	32%	34%	35%
Encargos com pessoal / VAB	55%	57%	56%	43%	37%

(Valores em Milhões de Euros)

Da sua observação pode concluir-se que, no Exercício de 2013, os Indicadores e Rácios de desempenho da Empresa apresentaram uma evolução positiva, quando comparados com os do exercício anterior.

Assim, quanto ao agregado “Valor Bruto de Produção (VBP)” verifica-se que cresceu 3,7%, ou seja, um comportamento alinhado com a variação verificada nas Vendas e Serviços Prestados.

Verifica-se também um comportamento positivo para os agregados “Valor Acrescentado Bruto (VAB)” e “Gross Cash Flow”, em comparação com os do Exercício anterior.

Importa referir que, de um modo geral, os Rácios de desempenho da Empresa apresentaram, no final do exercício em apreço, valores que nos permitem afirmar que a Empresa continua preparada para fazer face a um mercado caracterizado por uma grande imprevisibilidade.

A evolução da “Situação Líquida”, para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte:

Situação Líquida

Rubricas	2013	2012	2011	2010	2009
Capital Social	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000
Prestações suplementares de capital	0	0	0	0	0
Reserva legal e resultados transitados	22,216	21,231	20,016	18,546	18,402
Resultado líquido do Exercício	6,980	4,985	5,214	11,970	12,144
Total da Situação Líquida	34,196	31,216	30,231	35,516	35,546

(Valores em Milhões de Euros)



A Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2013 apresentava um valor de 34,2 milhões de Euros, representando um crescimento de 2,98 milhões de euros relativamente ao valor registado no final do ano anterior. O valor contabilístico por Acção, no fim do Exercício, era de 34,2 €, representando uma valorização de 584% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais Rubricas do Balanço, referidas a 31 de Dezembro de 2013, para os últimos cinco Exercícios e constantes do quadro seguinte, pode seguir-se a evolução da estrutura financeira da Empresa.



Balanços Sintéticos Comparados

Rubricas	2013	2012	2011	2010	2009
Activo					
Activo não corrente	10,604	11,137	12,085	13,923	15,226
Inventários	1,947	2,097	2,379	2,251	2,447
Clientes c/c (líquido de adiantamentos)	9,859	13,099	4,737	15,498	7,892
Outras contas a receber	5,176	3,870	4,470	9,329	3,366
Caixa e depósitos bancários	37,892	30,969	32,346	30,857	37,827
Diferimentos	91	149	104	187	73
Total do Activo	65,569	61,322	56,121	72,045	66,830
Passivo					
Provisões	3,327	5,802	5,173	3,481	4,157
Outras contas a pagar não corrente	2,634	2,573	3,094	4,161	5,361
Fornecedores c/c (líquido de adiantamentos)	16,489	13,272	10,834	19,614	12,980
Outras contas a pagar	8,924	8,458	6,789	9,272	8,785
Total do Passivo	31,373	30,106	25,890	36,528	31,283
Situação Líquida	34,196	31,216	30,231	35,516	35,546

(Valores em Milhões de Euros)



Com a finalidade de se avaliar o Balanço, nas suas vertentes de Liquidez e Estrutura Financeira, no final do Exercício em apreço, utilizamos um conjunto de indicadores que ajudam a caracterizar a situação financeira da Empresa. Assim, quanto a:

Liquidez

Apresentando um Fundo de Maneio da ordem dos 29,6 milhões de Euros e Rácios de Liquidez Geral e de Liquidez Reduzida muito confortáveis, com valores de 2,16 e 2,09, respectivamente, podemos afirmar que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a mostrar uma boa solidez.

Para esta situação continuaram a contribuir os seguintes factores: inexistência de Dívidas Bancárias de Curto Prazo, devido ao não recurso ao crédito bancário para fazer face à gestão corrente da Tesouraria, fruto do nível do “Cash Flow” gerado no Exercício e das Disponibilidades em Caixa e Bancos, as quais atingiram 37,9 milhões de Euros, no final do Exercício..

Estrutura Financeira

Apresentando um Rácio de Financiamento dos Activos não Correntes de 3,22 e Rácios de Solvabilidade Total e Autonomia Financeira de 109,0% e 52,2%, respectivamente, conclui-se que a estrutura financeira do Balanço, se reforçou, continuando num nível muito confortável e adequado ao seu “core business”, que é caracterizado por um forte grau de imprevisibilidade.

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2013, a LISNAVE não detinha Acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo à Segurança Social.

7 | Perspectivas da Actividade para 2014

No último trimestre de 2013, a economia mundial mostrou alguns sinais de inverter a tendência de redução da sua taxa de crescimento.

A Zona Euro, como um todo, voltou a crescer, enquanto algumas economias de países em desenvolvimento, incluindo a China, parecem ter interrompido o ciclo de decréscimo do seu crescimento, estabilizando ou mesmo entrando numa nova fase de crescimento.

Assim, espera o Banco Mundial que, depois da estimativa de 2,1% de crescimento para o ano de 2013, a economia mundial inverta esta tendência de redução da taxa de crescimento e venha a crescer 3,0% em 2014 e 3,3% em 2015.

Na União Europeia, onde boa parte dos países, depois da recuperação da recessão de 2009, entrou novamente em recessão no ano de 2012, recessão essa que mantiveram durante o ano de 2013, provocando um aumento do desemprego, um aumento dos gastos dos Estados com ajudas sociais e, conseqüentemente, um aumento de impostos e redução do rendimento disponível para consumo interno, espera-se um crescimento de 1,4% no ano de 2014, sendo que, na Zona Euro, o crescimento esperado seja apenas de 1,1%.

Nos Estados Unidos da América, esperam as Nações Unidas que, depois do aumento da redução da sua taxa de crescimento no ano de 2013, em relação ao ano de 2012, a tendência se inverta e voltem a crescer 2,5%, depois dos 1,6% estimados para o ano de 2013.

Para o Japão, espera-se que, depois de ter estabilizado o seu crescimento nos 1,9% nos anos de 2012 e 2013, a economia venha a reduzir novamente o seu crescimento no ano de 2014, situando-se este nos 1,5%.

Perante as perspectivas de aumento das taxas de crescimento da economia mundial de 2,1% em 2013 para 3,0% em 2014, estimam as Nações Unidas, que a taxa de crescimento do comércio mundial tenha um ligeiro aumento, atingindo em 2014 os 3,6%, depois dos 2,9% estimados para o ano de 2013.

Como resultado da tendência de abrandamento do crescimento das frotas mercantes e do esperado crescimento do comércio mundial, espera-se que as taxas de frete regressem a níveis, que permitam aos Armadores taxas de rentabilidade aceitáveis na gestão das suas frotas.

Há, contudo, riscos significativos para que tal possa não vir a acontecer, de entre os quais se destacam os seguintes:

- ▶ A China, principal dinamizador mundial do aumento da procura de transporte marítimo, poder vir a ser palco da uma nova crise financeira;
- ▶ A crise do euro se manter, o que poderia provocar a estabilização ou mesmo a redução das necessidades de transporte marítimo na Europa;
- ▶ A crise no Médio Oriente se agravar e provocar uma nova escalada nos preços dos combustíveis.

A nível da actividade e potenciando o que antes se disse, existe ainda o risco de as disponibilidades de capital existentes, tendo em consideração a redução das carteiras de encomendas, que muitos Estaleiros de Construção Naval já começaram a sentir, poderem vir a despoletar um novo surto de encomendas de navios novos e, conseqüentemente, um aumento acelerado do excesso de frota.

Apesar deste contexto de elevada imprevisibilidade, se os Armadores conseguirem continuar a atenuar os efeitos do excesso de frota existente através da redução de



velocidade e se, dada a volatilidade dos operadores do mercado de transporte marítimo mundial, o excesso de frota não aumentar significativamente, espera-se que a actividade de Manutenção/Reparação Naval possa estabilizar, no ano de 2014, a um nível semelhante ao do ano de 2013.

Recursos Humanos

Na sequência da evolução que se vem verificando com a introdução de alterações legislativas resultantes do Acordo de Concertação Social, espera-se que o ano de 2014 possa constituir-se como um ano de mais efectiva transição para a consolidação da flexibilização das condições do Contrato de Trabalho.

Independentemente destas alterações legais, é intenção do Conselho de Administração prosseguir com a sua política de gestão estratégica de Recursos Humanos

através da cooperação estabelecida com a LISNAVEYARDS, por forma a continuar a promover a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura deste sector em Portugal.

Com este objectivo, a LISNAVE pretende explorar novas e mais amplas modalidades de colaboração com a LISNAVEYARDS, procurando que esta assuma, progressivamente, em função da dimensão crescente do seu quadro de pessoal, nomeadamente no que ao número de Trabalhadores directos diz respeito, maiores responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

Neste contexto, para além de prosseguir com a melhoria de qualificação dos seus Trabalhadores actuais, para o que prevê efectuar cerca de 20 mil horas de Formação, a LISNAVE prevê realizar três novos Cursos de Formação de Jovens, destinados a uma faixa etária entre os 28 e 35 anos, mais carente de trabalhadores operativos.

8 | Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma “performance” no Exercício de 2013, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração, decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

1 Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil Euros) já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,

2 Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 6.979.646,02 (Seis milhões, novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis Euros e dois Cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	6.000.000,00 Euros;
Resultados Transitados	979.646,02 Euros.

9 | Referências Finais

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2013, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma directa ou indirecta o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

- ▶ Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a LISNAVE;
- ▶ Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;
- ▶ Às Autoridades em geral e às do Porto de Setúbal em particular, pela compreensão e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro;
- ▶ Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a manter com a LISNAVE;
- ▶ Ao Conselho Fiscal e aos Auditores Externos pela forma participativa como exerceram as suas funções;
- ▶ A todos os Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.

Setúbal, 20 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

Presidente

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais

Dr. Nelson Nunes Rodrigues

Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca

Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger

Eng. Peter Luijckx

Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Eng. Manuel Serpa Leitão

Balanço

Demonstração de Capital Próprio

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

**Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas
de 21 de Março de 2014 relativa à Aprovação dos Documentos
de Prestação de Contas respeitante ao Exercício de 2013**

BALANÇO

Rubricas	Notas	31-DEZ-2013	31-DEZ-2012
Activo			
Activo não Corrente			
Activos fixos tangíveis	8	4.678.983,67	4.936.442,22
Propriedades de investimento	7	2.567.100,00	2.567.100,00
Outros activos financeiros	15	2.633.604,89	2.874.347,89
Activos por impostos diferidos	14	724.241,34	759.036,71
		10.603.929,90	11.136.926,82
Activo Corrente			
Inventários	10	1.946.721,71	2.097.436,66
Clientes	15.1	10.069.916,64	13.961.604,15
Adiantamentos a fornecedores	15.3	19.122,67	335.148,21
Estado e outros entes públicos	17.1	2.139.301,28	2.752.191,13
Outras contas a receber	15.2	3.036.854,16	1.117.911,35
Diferimentos	17.2	90.982,87	149.309,92
Caixa e depósitos bancários	4	37.892.363,80	30.968.883,66
		55.195.263,13	51.382.485,08
Total do Activo		65.799.193,03	62.519.411,90

(Valores em Euros)

Rubricas	Notas	31-DEZ-2013	31-DEZ-2012
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	15.5	5.000.000,00	5.000.000,00
Reservas legais	17.3	1.398.173,26	1.398.173,26
Resultados transitados	17.3	20.817.823,13	19.832.615,74
		27.215.996,39	26.230.789,00
Resultado líquido do período	17.3	6.979.646,02	4.985.207,39
Total do Capital Próprio		34.195.642,41	31.215.996,39
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	12	3.327.284,17	5.802.427,77
Outras contas a pagar	15.4	2.633.604,89	2.573.005,81
		5.960.889,06	8.375.433,58
Passivo Corrente			
Fornecedores	15.3	16.508.067,26	13.607.233,69
Adiantamentos de clientes	15	211.010,48	862.625,76
Estado e outros entes públicos	17.1	1.577.340,03	750.481,97
Outras contas a pagar	15.4	7.346.243,79	7.707.640,51
		25.642.661,56	22.927.981,93
Total do Passivo		31.603.550,62	31.303.415,51
Total do Capital Próprio e do Passivo		65.799.193,03	62.519.411,90

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Posição em 01/01/2012	5,000,000.00	1,398,173.26	18,618,258.78	5,214,356.96	30,230,789.00
Transferência de Resultados do Exercício para Result. Transit.			5,214,356.96	-5,214,356.96	0.00
Alterações no Período					
		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período				4,985,207.39	4,985,207.39
Operações com Detentores de Capital no Período					
Distribuições			-4,000,000.00		-4,000,000.00
	0.00	0.00	-4,000,000.00	4,985,207.39	985,207.39
Posição no Fim do Período 2012	5,000,000.00	1,398,173.26	19,832,615.74	4,985,207.39	31,215,996.39
Posição em 01/01/2013	5,000,000.00	1,398,173.26	19,832,615.74	4,985,207.39	31,215,996.39
Transferência de Resultados do Exercício para Result. Transit.			4,985,207.39	-4,985,207.39	0.00
Alterações no Período					
		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período				6,979,646.02	6,979,646.02
Operações com Detentores de Capital Próprio					
Distribuições			-4,000,000.00		-4,000,000.00
	0.00	0.00	-4,000,000.00	6,979,646.02	2,979,646.02
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	5,000,000.00	1,398,173.26	20,817,823.13	6,979,646.02	34,195,642.41

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	11	85.703.777,40	82.607.431,50
Subsídios à exploração		3.602,62	33.574,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(4.301.841,53)	(5.248.386,15)
Fornecimentos e serviços externos	17.4	(58.493.286,19)	(55.421.404,12)
Gastos com o pessoal	16	(14.207.186,47)	(14.180.795,26)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(68.067,01)	(124.932,96)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.1	(2.158.652,78)	(219.276,16)
Provisões (aumentos/reduções)	12	1.831.734,74	(865.852,02)
Outros rendimentos e ganhos	17.5	3.169.763,32	2.713.577,20
Outros gastos e perdas	17.6	(575.532,68)	(756.303,48)
Resultado antes de Depreciações			
Gastos de Financiamento e Impostos		10.904.311,42	8.537.633,377
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17.7	(685.142,75)	(688.826,42)
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		10.219.168,67	7.848.806,95
Resultado antes de Impostos		10.219.168,67	7.848.806,95
Imposto sobre o rendimento do período	14	(3.239.522,65)	(2.863.599,56)
Resultado Líquido do Período		6.979.646,02	4.985.207,39

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Periodo	
	2013	2012
Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	86.886.090,45	74.442.898,44
Pagamento a Fornecedores	-71.991.692,59	-67.410.195,95
Pagamento a Pessoal	-10.098.627,56	-10.561.472,73
Caixa Gerada pelas Operações	4.795.770,30	-3.528.770,24
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre Rendimento	-2.199.274,63	-633.751,02
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional	7.942.442,56	5.494.395,15
	10.538.938,23	1.331.873,89
Fluxo das Actividades Operacionais (1)	10.538.938,23	1.331.873,89
Pagamentos Respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	-421.127,15	-174.025,33
Recebimentos Provenientes de:		
Juros e Rendimentos Similares	842.969,73	1.519.712,45
Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento (2)	421.842,58	1.345.687,12
Pagamentos Respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-36.212,90	-52.211,51
Dividendos	-4.000.000,00	-4.000.000,00
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)	-4.036.212,90	-4.052.211,51
Variação de Caixa e seus Equivalentes	6.924.567,91	-1.374.650,50
(4) = ((1) + (2) + (3))		
Efeito das Diferenças de Câmbio	1.087,77	2.214,20
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	-30.968.883,66	-32.345.748,36
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	37.892.363,80	30.968.883,66
	6.924.567,91	-1.374.650,50

(Valores em Euros)

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros excepto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Empresa

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997 com a designação comercial de Navenova – Estaleiros Navais, S.A., denominação social, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria, comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua Sede Social em Mitrena, 2910-738 SETÚBAL.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que detém 72,83%, pela THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG, que possui 20% do capital, pela PARPÚBLICA, SGPS, S.A. com 2,97% e pelo PÚBLICO (OPT) com 4,2%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- ▶ As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei Nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- ▶ As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

a. Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2013	2012
Edifícios e outras construções	2,50% - 5,00%	2,50% - 5,00%
Equipamento Básico	5,00% - 12,50%	5,00% - 12,50%
Equipamento de Transporte	33,33%	33,33%
Equipamento Administrativo	6,25% - 33,33%	6,25% - 33,33%
Outros Activos Tangíveis	16,67%	16,67%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- ▶ Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- ▶ Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- ▶ As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- ▶ A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- ▶ Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- ▶ Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- ▶ Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

b.1 Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- ▶ As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- ▶ Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- ▶ A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- ▶ Seja provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- ▶ É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- ▶ Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

b.2 Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de onde resulta uma taxa agregada máxima de 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Inventários

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- ▶ Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- ▶ Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- ▶ Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

d. Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- ▶ Significativa dificuldade financeira do devedor;
- ▶ Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- ▶ A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- ▶ Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- ▶ Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

d.1 Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea k) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

d.2 Adiantamentos a Fornecedores

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

d.3 Outras Contas a Receber

As outras contas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- ▶ Pessoal – ao custo menos imparidade;
- ▶ Devedores por acréscimos de rendimentos - ao custo menos imparidade;
- ▶ Outros devedores - ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

d.4 Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- ▶ Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- ▶ Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

e. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

f. Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

g. Rubricas dos Capitais Próprios

g.1 Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

g.2 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

g.3 Resultados Transitados

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

h. Provisões

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

h.1 Provisões para Processos Judiciais

Esta rubrica inclui a provisão para um processo judicial em curso relativo a IRC de 2003. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

h.2 Outras Provisões

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- ▶ Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa, penalizações e discussão de facturas;
- ▶ Provisões para saldos devedores de Fornecedores;
- ▶ Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.

i. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

i.1 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

i.2 Adiantamentos de Clientes

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

i.3 Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

j. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

k. Prestações de Serviço

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

k.1 Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- ▶ A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- ▶ É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- ▶ A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- ▶ Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

1. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

1.1 Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

1.2 Distribuição de Lucros a Empregados

As distribuições de Lucros a empregados são reconhecidas em Gastos com o Pessoal no período a que respeitam e não como uma distribuição de Resultados. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

1.3 Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- ▶ Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- ▶ Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- ▶ A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- ▶ O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- ▶ Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

m. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efectiva.

n. Activos e Passivos Contingentes

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- ▶ Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- ▶ Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - ▶ Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - ▶ A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos, que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas

a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

b. Impostos Diferidos Activos

São reconhecidos Impostos Diferidos Activos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos activos, que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- ▶ A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- ▶ As estratégias de planeamento fiscal futuro.

c. Reconhecimento de Prestações de Serviços

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados.

d. Provisões para Impostos

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a. Imparidade de Activos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- ▶ Quota de mercado durante o período orçamental;
- ▶ Inflação no preço das matérias primas;
- ▶ Margem bruta;
- ▶ Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- ▶ Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

b. Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do Balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

c. Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2013	2012
Caixa	49.467,93	40.629,20
Depósitos à Ordem	842.895,87	928.254,46
Outros Depósitos Bancários	37.000.000,00	30.000.000,00
	37.892.363,80	30.968.883,66

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõem-se da seguinte forma:

	2013	2012
Caixa	49.467,93	40.629,20
Depósitos à Ordem	842.895,87	928.254,46
Outros Depósitos Bancários	37.000.000,00	30.000.000,00
	37.892.363,80	30.968.883,66
Caixa e Depósitos Bancários de uma Unidade em Descontinuação	-	-
	37.892.363,80	30.968.883,66
Descobertos Bancários	-	-
	37.892.363,80	30.968.883,66

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No Exercício de 2013 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas ou erros, passíveis de serem reportados na presente Nota.

6. Partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

Nome	Localização	% de Interesse	% de Voto	Natureza do Relacionamento	
				Serviços que a Lisnave presta/ Transações que faz	Serviços que a Lisnave recebe/ Transações que recebe
Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	Portugal	72,83%	72,83%	Dividendos	Serviços de Consultadoria
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	Alemanha	20,00%	20,00%	Dividendos	
Parpública, SGPS, S.A.	Portugal	2,97%	2,97%	Dividendos	Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo
Público (OPT)		4,20%	4,20%	Dividendos	
Lisnave Infraestruturas	Portugal	-	-	Reabilitação do Estaleiro	Renda do Estaleiro
Repropel	Portugal	-	-	Serviços de apoio a reparações e comissões	Serviços de Reparções de Hélices
Gaslimpo	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Pesquisa de Gases
Rebocalis	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Marinharia
Lisnave Internacional	Portugal	-	-		Serviços Internacionais
Tecor	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviços técnicos de apoio a navios (tratamento de superfícies)
NavalRocha	Portugal	-	-		
Navalset	Portugal	-	-		Apoio e Assessoria Jurídica
LisnaveYards	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Prestação de serviços de subempreitadas para reparações
Dakarnave	Senegal	-	-		

A Empresa-mãe é a NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., com Sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa NAVALSET – SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

Nome	Ano	Cientes	Fornecedores	Vendas e Prest. Serv.	Compras	FSEs
Navivessel, Estudos e projectos Navais, S.A.	2013	-	311.887,74	-	-	294.269,04
	2012	50,00	311.887,74	-	-	294.269,04
ThyssenKrupp Industrial Solutions AG	2013	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-
Parpública, S.A. Estado Português	2013	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-
Público (OPT)	2013	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-
Lisnave Infraestruturas	2013	-	450.084,48	927.303,80	-	3.160.495,55
	2012	-	99.386,12	191.664,39	-	2.236.876,86
Repropel	2013	49.117,32	7.626,00	100.904,92	-	13.400,00
	2012	56.729,91	-	95.536,15	-	-
Gaslimpo	2013	4.282,38	227.498,92	14.389,98	78.908,41	594.769,08
	2012	3.790,78	241.883,63	14.953,06	84.393,35	561.742,23
Rebocalis	2013	55.721,45	487.514,96	66.367,78	-	1.615.712,29
	2012	27.044,10	346.476,31	61.787,49	-	1.250.331,07
Lisnave Internacional	2013	3.105,33	26.925,71	5.196,32	-	131.024,96
	2012	3.280,75	25.909,38	6.203,76	-	195.586,47
Tecor	2013	76.948,13	2.413.312,51	186.507,88	-	7.273.193,59
	2012	37.359,31	2.227.897,63	118.113,20	-	6.906.753,30
NavalRocha	2013	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-
Navalset	2013	-	5.535,00	-	-	18.000,00
	2012	326,40	5.535,00	-	-	18.000,00
LisnaveYards	2013	-	830.150,27	421.251,23	-	5.039.239,21
	2012	73,48	162.167,61	402.918,86	-	4.065.122,53
Dakarnave	2013	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-

7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica não registou qualquer movimento nos Exercícios de 2012 e 2013.

8. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo							
01 de Janeiro de 2012	1.897.228,95	5.716.521,19	143.573,79	1.370.704,08	6.502.288,22	53.106,45	15.683.422,68
Aumentos	-	-	-	-	-	423.082,29	423.082,29
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	95.832,71	-	56.188,18	22.004,44	(174.025,33)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(24.043,49)	-	-	(4.504,71)	-	-	(28.548,20)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2012	1.873.185,46	5.812.353,90	143.573,79	1.422.387,55	6.524.292,66	302.163,41	16.077.956,77
Aumentos	-	-	-	-	-	427.684,20	427.684,20
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	297.806,98	-	52.231,59	71.088,58	(421.127,15)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	(7.437,28)	-	-	(7.437,28)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2013	1.873.185,46	6.110.160,88	143.573,79	1.467.181,86	6.595.381,24	308.720,46	16.498.203,69

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo							
01 de Janeiro de 2012	500.883,43	3.089.882,14	90.451,45	899.889,43	5.900.129,88	-	10.481.236,33
Amortizações	108.118,03	260.363,72	26.561,18	69.867,36	223.916,13	-	688.826,42
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(24.043,49)	-	-	(4.504,71)	-	-	(28.548,20)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2012	584.957,97	3.350.245,86	117.012,63	965.252,08	6.124.046,01	-	11.141.514,55
Amortizações	108.118,01	279.742,22	26.561,16	69.332,01	201.389,35	-	685.142,75
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	(7.437,28)	-	-	(7.437,28)
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2013	693.075,98	3.629.988,08	143.573,79	1.027.146,81	6.325.435,36	-	11.819.220,02
Valor Líquido Contabilístico:							
A 31 de Dezembro de 2013	1.180.109,48	2.480.172,80	-	440.035,05	269.945,88	308.720,46	4.678.983,67
A 31 de Dezembro de 2012	1.288.227,49	2.462.108,04	26.561,16	457.135,47	400.246,65	302.163,41	4.936.442,22
A 01 de Janeiro de 2012	1.396.345,52	2.626.639,05	53.122,34	470.814,65	602.158,34	53.106,45	5.202.186,35

9. Imparidade de Activos

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2013	2012
Matérias primas, Subs. e de Consumo	1.946.721,71	2.097.436,66
	1.946.721,71	2.097.436,66

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2012	2.643.047,83
Compras	5.092.012,74
Existências em 31 de Dezembro de 2012	2.486.674,40
	5.248.386,15
Existências em 1 de Janeiro de 2013	2.486.674,40
Compras	4.219.193,59
Existências em 31 de Dezembro de 2013	2.404.026,46
	4.301.841,53

A quantia de imparidade com inventários reconhecida como um gasto do período encontra-se no quadro seguinte:

	2013	2012
Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	68.067,01	145.746,79
	68.067,01	145.746,79
Reversões de Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	-	20.813,83
	68.067,01	124.932,96

11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2013	2012
Venda de Mercadorias		
Subprodutos, Resíduos e Refugos		
Portugal	681.265,66	426.065,02
	681.265,66	426.065,02
Prestações de Serviços		
Serviços		
Total Europa	37.728.421,00	31.406.472,40
Portugal	5.910.270,33	2.818.522,01
U.E.	19.065.350,92	25.383.577,14
Outros	12.752.799,75	3.204.373,25
Total África	6.268.866,42	5.470.697,99
Total América	13.355.740,00	17.319.564,00
Total Ásia	22.274.947,02	27.104.450,09
Total Oceânia	5.394.537,30	880.182,00
	85.022.511,74	82.181.366,48
	85.703.777,40	82.607.431,50

Anos	Subprodutos, Res. e Refugos	Reparações	Outras Actividades	Prestações de Serviços	Total
2013	681.265,66	81.587.163,28	2.801.379,84	633.968,62	85.703.777,40
2012	426.065,02	79.884.030,67	1.474.483,16	822.852,65	82.607.431,50

12. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Processos Judiciais em Curso	Provisões para notas de crédito	Provisões para saldos devedores de fornecedores	Provisões para Comissões / claim	Outras Provisões	Total
A 01 de Jan. de 2012	456.639,51	300.000,00	1.357.357,73	1.115.172,00	1.944.148,00	5.173.317,24
Aumentos do ano	-	3.335,00	250.381,24	619.739,00	1.800.000,00	2.673.455,24
Utilizações no ano	-	(3.335,00)	-	(118.406,49)	(115.000,00)	(236.741,49)
Reversões do ano	-	-	(1.164.588,71)	(158.014,51)	(485.000,00)	(1.807.603,22)
A 31 de Dez. de 2012	456.639,51	300.000,00	443.150,26	1.458.490,00	3.144.148,00	5.802.427,77
A 01 de Jan. de 2013	456.639,51	300.000,00	443.150,26	1.458.490,00	3.144.148,00	5.802.427,77
Aumentos do ano	-	33.677,99	1.013.218,08	301.242,00	690.000,00	2.038.138,07
Utilizações no ano	-	(33.677,99)	-	(409.706,51)	(200.000,00)	(643.384,50)
Reversões do ano	(96.450,21)	-	(849.481,07)	(329.817,89)	(2.594.148,00)	(3.869.897,17)
A 31 de Dez. de 2013	360.189,30	300.000,00	606.887,27	1.020.207,60	1.040.000,00	3.327.284,17

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

	2013	2012
Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:		
Outros rendimentos e ganhos	839,49	-
	839,49	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:		
Outros gastos e perdas	1.631,62	12.608,86
	1.631,62	12.608,86

14. Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2013	2012
Imposto Corrente		
IRC do ano	3.204.727,28	2.710.023,44
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	34.795,37	153.576,12
Outros movimentos	-	-
	3.239.522,65	2.863.599,56

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2013	2012
Excesso de Estimativa para Impostos	24.973,57	3.023,91
Insuficiência de Estimativa para Impostos	-	-
	24.973,57	3.023,91

Durante o Exercício de 2013, não ocorreram outras alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2013	2012	2013	2012
Resultado antes de impostos	10.219.168,67	7.848.806,95		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25%	25%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	2.554.792,17	1.962.201,74	25,00%	25,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	4.658.057,83	2.068.260,54		
Seguro Excellentia	1.296.189,66	1.227.737,00		
Excesso de estimativa para impostos	24.969,37	3.023,91		
Restituição de Imposto	58.170,32			
Variações patrimoniais negativas	20.909,87	20.909,87		
Benefícios Fiscais	145.946,57	56.986,74		
	6.204.243,62	3.376.918,06	(15,18%)	(10,76%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Donativos	35.000,00	800,00		
Multas, coimas e juros compensatórios	413,85	313,82		
Gastos não documentados	160.494,58	206.770,34		
Variações patrimoniais positivas	-	-		
Amortizações não aceites fiscalmente	6.561,12	6.561,14		
Provisões para além limites legais	2.038.138,07	2.673.455,24		
Registo de perdas de Imparidade	2.371.495,95	290.522,95		
Abates de imobilizado	-	-		
Seguro Excellentia	1.419.460,40	707.140,00		
Correcções relativas a exercícios anteriores	56.403,20	179.189,21		
Outros	155.029,92	143.027,94		
	6.242.997,09	4.207.780,64	15,27%	13,40%

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2013	2012	2013	2012
Lucro tributável	10.257.922,14	8.679.669,53		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Imposto calculado	2.564.480,53	2.169.917,38	25,09%	27,65%
Tributação autónoma	168.481,81	194.520,93	1,65%	2,48%
Derrama	153.868,83	130.195,04	1,51%	1,66%
Derrama Estadual	317.896,11	215.390,09	3,11%	2,74%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	34.795,37	153.576,12	0,34%	1,96%
	675.042,12	693.682,18	6,61%	8,84%
Imposto sobre o Rendimento	3.239.522,65	2.863.599,56	31,70%	36,48%

Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Impostos Diferidos Activos						
Ajustamentos de transição SNC	-	-	-	-	-	-
Outras						
Seguro Excellentia	724.241,34	759.036,71	(34.795,37)	(153.576,12)	-	-
	724.241,34	759.036,71	(34.795,37)	(153.576,12)	-	-

15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	2013	2012
Activos		
Não Corrente		
Outros Activos Financeiros	2.633.604,89	2.874.347,89
Corrente		
Clientes		
Bruto	12.579.868,23	14.312.902,96
Imparidades	(2.509.951,59)	(351.298,81)
Adiantamentos a Fornecedores	19.122,67	335.148,21
Outras contas a receber	3.036.854,16	1.117.911,35
	13.125.893,47	15.414.663,71
Passivos		
Não Corrente		
Outras contas a pagar	2.633.604,89	2.573.005,81
Corrente		
Fornecedores	16.508.067,26	13.607.233,69
Adiantamentos de clientes	211.010,48	862.625,76
Outras contas a pagar	7.346.243,79	7.707.640,51
	24.065.321,53	22.177.499,96
Capital Próprio		
Capital social	5.000.000	5.000.000
	5.000.000	5.000.000

15.1 Clientes

A antiguidade do Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Valor Bruto	Imparidade	Saldo Líquido
Ano 2013	12.579.868,23	2.509.951,59	10.069.916,64
Ano 2012	14.312.902,96	351.298,81	13.961.604,15

	Saldo Líquido	Dívida não Vencida	Dívida Vencida				
			< 30 Dias	30-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 120 Dias
2013	10.069.916,64	6.525.910,87	2.334.949,27	847.735,07	174.996,14	74.484,89	111.840,40
2012	13.961.604,15	2.562.873,79	3.302.143,11	5.048.724,55	502.168,82	970.000,00	1.575.693,88

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

	Saldo Inicial	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Exercício de 2013					
Clientes	351.298,81	2.303.428,94	(144.776,16)	-	2.509.951,59
	351.298,81	2.303.428,94	(144.776,16)	-	2.509.951,59
Exercício de 2012					
Clientes	132.022,65	224.776,16	-	(5.500,00)	351.298,81
	132.022,65	224.776,16	-	(5.500,00)	351.298,81

15.2 Outras Contas a Receber

As outras contas a receber discriminam-se como segue:

	2013	2012
Outras contas a receber correntes		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Rédito das encomendas em curso	935.040,59	497.707,43
Juros Depósitos a Prazo	545.993,00	344.212,00
Outros	15.863,84	21.782,29
Outros devedores e credores		
Pessoal	189.716,31	133.362,63
Processos Judiciais	360.189,30	44.286,34
Outros	990.051,12	76.560,66
	3.036.854,16	1.117.911,35

Seguro Capitalização

A Empresa constituiu em 2008 um Seguro que se traduz num investimento financeiro a 10 anos, com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 100.469 Euros, tendo sido utilizado o montante de 341.212 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL 103112068) para reforço do fundo para cobertura das responsabilidades por serviços passados mais o ano seguinte.

Este Seguro vence juros de 3,5% ao ano. Adicionalmente o Seguro tem uma remuneração indexada à rentabilidade da própria Companhia de Seguros.

15.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2013	2012
Fornecedores conta corrente		
Nacionais	14.921.101,30	12.751.707,41
Estrangeiros	128.124,75	74.265,82
Empresa Mãe	311.887,74	311.887,74
Fornecedores recepção e conferencia	1.146.953,47	469.372,72
	16.508.067,26	13.607.233,69
Adiantamentos a fornecedores		
Nacionais	-	327.497,43
Estrangeiros	19.122,67	7.650,78
	19.122,67	335.148,21

15.4 Outras contas a pagar

As Outras Contas a Pagar discriminam-se como segue:

	2013	2012
Outras Contas a Pagar – Não Correntes		
Outros Activos Financeiros	2.633.604,89	2.573.005,81
Outras Contas a Pagar – Correntes		
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	2.182,46	5.049,52
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias	1.367.403,59	1.362.835,67
Prestadores de Serviços	100.000,00	100.000,00
Trabalhos Especializados	40.000,00	40.000,00
Comissões	1.838.956,85	2.005.292,76
Obras Internas	985.911,98	1.212.921,04
Centros de Custo	833.435,60	737.799,62
Custos Projectos	764.539,55	835.178,56
Outros	117.155,20	329.921,80
Agentes	73.176,62	46.885,38
Outros devedores e credores		
Pessoal – Gratificações de Balanço	1.200.000,00	1.000.000,00
Diversos	23.481,94	31.756,16
	7.346.243,79	7.707.640,51

15.5 Capital Social

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte.

	2013	2012
Capital Social nominal emitido	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social nominal emitido e realizado		
NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	3.641.720,00	3.641.370,00
THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG	1.000.000,00	1.000.000,00
PARPÚBLICA, PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.	148.330,00	148.330,00
PÚBLICO (OPT)	209.950,00	210.300,00
	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital por realizar	-	-

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 Euros cada.

15.6 Garantias

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

Entidades	M/BCP	M/BCP	M/BCP	BES
Moeda	EUR	EUR	EUR	EUR
Montante	55.660,96	100.000,00	24.939,90	100.000,00
Beneficiário	Alfândega de Lisboa	Alfândega de Setúbal	Alfândega de Lisboa	PDV MARINA,S.A

15.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- ▶ Risco de mercado
 - ▶ Risco de taxa de juro
 - ▶ Risco de taxa de câmbio
 - ▶ Outros riscos de preço
- ▶ Risco de crédito
- ▶ Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- ▶ Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- ▶ Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta fundamentalmente das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outras Contas a Receber é efectuada da seguinte forma:

- ▶ Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- ▶ Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- ▶ Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada;
- ▶ A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2013	2012
Remunerações dos Órgãos Sociais	827.602,80	827.602,80
Remunerações do Pessoal	8.998.644,21	9.283.507,26
Outros Remunerações		
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	1.876.248,89	1.987.054,29
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	202.701,23	213.330,62
Gastos de Acção social	1.023.632,64	1.173.412,78
Outros gastos com o Pessoal	1.278.356,70	695.887,51
	14.207.186,47	14.180.795,26

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) que se traduz num investimento financeiro a 10 anos (nota 15.2), com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira, o qual em 31-12-2013 ascende a 2.633.605 Euros (2012: 2.874.348, 2011: 3.403.528, 2010: 4.448.307 Euros e 2009: 5.360.955 Euros).

Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 100.469 Euros, tendo sido utilizado o montante de 341.212 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL103112068) para cobertura das responsabilidades por serviços passados mais o ano seguinte.

Estas responsabilidades, após dedução do montante desta última Apólice em 31-12-2013 (7.868.241 Euros) ascendem a 2.633.605 (2012: 2.573.006; 2011: 3.093.603, 2010: 4.161.231 Euros)). Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por entidade independente, tomaram em consideração as adequadas variáveis.

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Saldo a receber		
Imposto sobre o rendimento	-	-
IVA	2.139.301,28	2.752.191,13
	2.139.301,28	2.752.191,13
Saldo a pagar		
Imposto sobre o rendimento	1.089.191,81	399.896,03
Retenções Imposto sobre Rendimento	234.706,82	154.467,44
Contribuição para a Segurança Social	253.441,40	196.118,50
	1.577.340,03	750.481,97

17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Seguros	52.336,88	105.922,03
Contrato Publicidade	4.196,25	3.223,75
Outros Gastos	34.449,74	40.164,14
	90.982,87	149.309,92
Rendimentos a reconhecer		
Outros	-	-
	-	-

17.3 Reservas e Resultados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2012	1.398.173,26	18.618.258,78	5.214.356,96	25.230.789,00
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(4.000.000,00)	-	(4.000.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	5.214.356,96	(5.214.356,96)	-
Resultado do ano	-	-	4.985.207,39	4.985.207,39
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.398.173,26	19.832.615,74	4.985.207,39	26.215.996,39
Saldo em 01 de Janeiro de 2013	1.398.173,26	19.832.615,74	4.985.207,39	26.215.996,39
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(4.000.000,00)	-	(4.000.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	4.985.207,39	(4.985.207,39)	-
Resultado do ano	-	-	6.979.646,02	6.979.646,02
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.398.173,26	20.817.823,13	6.979.646,02	29.195.642,41

17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Subcontratos	34.408.069,85	33.096.950,50
Trabalhos especializados	2.252.404,02	2.181.050,77
Publicidade e propaganda	137.122,55	129.010,01
Vigilância e segurança	443.248,39	435.907,26
Honorários	472.018,84	420.990,07
Comissões	1.804.502,22	1.523.502,80
Conservação e reparação	3.964.095,30	3.924.926,14
Ferramentas e utensílios	335.617,74	208.738,07
Livros e documentação técnica	31.391,28	29.753,90
Material de escritório	55.289,78	63.415,55
Artigos para oferta	120.809,78	60.077,65
Electricidade	2.524.602,73	2.318.574,14
Combustíveis	1.298.853,40	1.102.909,06
Deslocações e estadas	159.003,90	193.111,47
Transportes de Pessoal/Mercadorias	1.019.648,80	1.022.575,51
Rendas e alugueres	4.986.640,70	4.680.129,35
Comunicação	118.561,64	119.122,37
Seguros	1.378.754,17	1.358.871,48
Royalties	40.278,76	39.511,46
Contencioso e notariado	3.210,43	2.358,69
Despesas de representação	144.240,50	139.682,59
Limpeza, higiene e conforto	308.265,17	310.030,72
Outros	2.486.656,24	2.060.204,56
	58.493.286,19	55.421.404,12

17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Rendimentos Suplementares		
Outros	374.074,71	350.016,59
Descontos de pronto pagamento obtidos	56.699,14	98.117,95
Ganhos em Inventários	40.060,37	82.930,95
Rendimentos e ganhos nos restantes Activos		
Diferenças de Câmbio	839,49	-
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações	-	-
Outros	209.681,56	43.940,04
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	1.211.666,66	782.581,70
Excesso da estimativa para Impostos	24.973,57	3.023,91
Restituição de Imposto	58.170,32	-
Outros não especificados	48.377,77	43.769,25
Juros Obtidos		
De Depósitos	1.044.750,73	1.119.887,52
Outros Rendimentos Similares	100.469,00	189.309,29
	3.169.763,32	2.713.577,20

17.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Impostos	112.547,37	104.431,51
Descontos de Pronto Pagamento	6.727,40	-
Perdas em Inventários	12.451,42	37.323,23
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates (Notas 7 e 8)	-	-
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	56.403,20	179.189,21
Donativos	115.077,85	84.595,21
Quotizações	72.600,69	72.647,72
Insuficiência de estimativa para impostos	-	-
Despesas não Documentadas	160.494,58	206.770,34
Multas e penalidades		
Multas não fiscais	405,21	310,29
Multas fiscais	-	-
Outras	2.821,98	7.897,24
Juros Suportados		
Juro saldo credor	-	-
Juros mora e compensatórios	7,11	24,48
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outras	1.631,62	12.608,86
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Outros	34.364,25	50.505,39
	575.532,68	756.303,48

17.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2013	2012
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de Investimento	-	-
Activos Fixos Tangíveis	685.142,75	688.826,42
	685.142,75	688.826,42
Reversões de depreciações e amortizações	-	-
	685.142,75	688.826,42

18. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão foi 20 de Fevereiro de 2014.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dr. Nelson Nunes Rodrigues, são titulares indirectos e por via do n.º 2 do mesmo artigo, de 364.172 Acções cada, por via da NAVIVESSEL - ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A. e da NAVALSET – SERVIÇOS INDUSTRIAIS E NAVAIS, S.A..

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,83% e de 20,00% do Capital Social da LISNAVE, respectivamente os seguintes Accionistas:

- ▶ NAVIVESSEL – ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., S.A
Titular de 728.344 Acções.
- ▶ THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG
Titular de 200.000 Acções.

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 artigo n.º 66 A do Código das sociedades Comerciais, informamos que não existem operações excluídos do Balanço.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 de artigo n.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se do detalhe dos honorários totais facturados, no Exercício 2013, pelo Revisor Oficial de Contas:

	2013	2012
Honorários	25.200,00	25.200,00
Consultoria	3.150,00	3.150,00

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

Administradores	Empresas	Cargos Desempenhados
José António Leite Mendes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Nelson Nunes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Administrador
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Presidente C. Administração
	Repropel, Lda	Gerente
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Aloísio Fernando Macedo da Fonseca	Metrocom, S.A.	Director-Geral
Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger	Lisnave Internacional, S.A.	V/ Pres. C. Administração
	Dakarnave, S.A.	Presidente C. Administração
	Associação das Indústrias Navais	Presidente Direcção
	C.P.S. – Comunidade Portuária Setúbal	Presidente Direcção
	C.I.P. – Conf. da Indústria Portuguesa	Vogal Mesa A. Geral
	A.F.E.E.M. – Assoc. Fórum Emp. Econ. Mar	Membro Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Vice-Presidente Direcção
João Rui Carvalho dos Santos	Navivessel, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	NavalRocha, S.A.	Administrador
	Gaslimpo, S.A.	Administrador
	Fundenav – Fundo Des. Eng. Tec. Naval	Presidente Conselho Fiscal
	Associação das Indústrias Navais	Vice-Presidente Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Presidente C. Fiscal
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Manuel Serpa Leitão	Navivessel, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador-Delegado
	Gaslimpo, S.A.	Presidente C. Administração
	Tecor, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Rebocalis, Lda.	Presidente
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	Fundenav – Fundo Des. Eng. Tec. Naval	Presidente da Direcção
	Associação das Indústrias Navais	Presidente Mesa A. Geral

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2013

Senhores Accionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Anexo e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2013, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

2. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da LISNAVE, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu à verificação e análise da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. Em documento separado o vogal Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, Parecer que merece a concordância do Conselho Fiscal e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

5. O Conselho de Administração no Relatório de Gestão que elaborou explicita a forma como se processou a actividade no exercício de 2013, desenvolvida num contexto de ligeira melhoria a nível da procura, continuando a ser condicionado pelos efeitos da lenta recuperação do comércio mundial, com os correspondentes reflexos na manutenção em níveis muito baixos das taxas de frete médias nos diversos segmentos de mercado.

6. A actividade da LISNAVE no exercício, que continua a ser exercida em condições de mercado condicionada pelos efeitos da crise da economia internacional que, desde 2009, tem vindo a afectar o mercado da reparação naval, atingiu um nível de desempenho globalmente positivo, expresso por:

- ▶ nível de trabalho médio obtido para os 107 navios reparados, sensivelmente da mesma ordem do registado no ano anterior;
- ▶ as 113 encomendas geradas no exercício (mais cerca de 18% que em 2012) traduziram-se numa melhoria da relação consultas/encomendas/taxa de sucesso de 20% para 22%;

► manutenção da posição de destaque da LISNAVE no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas para o mercado externo de 79,1 milhões de euros;

► Resultado Líquido positivo de 6.979 milhares de euros

7. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:

► o volume global das Vendas e Serviços prestados, de 85,7 milhões de euros, em cerca de 3,7% superior ao correspondente valor de 2012;

► o peso dos Gastos com o pessoal da ordem de 14,2 milhões de euros, representando 18,1% do total dos Gastos de exploração;

► o valor alcançado pelos Resultados Operacionais, da ordem de 10,2 milhões de euros, representando 11,5% do total dos Rendimentos de Exploração;

► o bom desempenho da função financeira global, positivo em 1,3 milhares de euros;

► o “cash-flow” gerado no exercício de 10,9 milhões de euros;

► a manutenção de favoráveis indicadores de gestão, económicos e financeiros.

8. Face ao exposto, e como consequência das análises e ações de fiscalização desenvolvidas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, assim como as referências constantes do seu Relatório, e tendo também presente as moderadas expectativas quanto à estabilização da actividade da LISNAVE para o ano de 2014, vem conclusão, emitir o seguinte

PARECER

A) Que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;

B) Que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de € 6.979.646,02, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

O Conselho Fiscal

Presidente

Francisco José da Silva

Vogal

Maria Isabel Louro Caria Alcobia

Vogal

Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)

em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2013

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras anexas da «LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A.», que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 65.799,2 milhares de euros e um total de capital próprio de 34.195,6 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 6.979,6 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- ▶ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- ▶ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- ▶ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- ▶ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da «LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A.» em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)
em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 21 DE MARÇO DE 2014, RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2013

Aos vinte e um dias do mês de Março de dois mil e quatorze, pelas onze horas, reuniu na Sede da Sociedade, a Assembleia Geral Anual da LISNAVE - ESTALEIROS NAVAIS, S.A..

Assumiu a direcção dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Sr. Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins, coadjuvado pelo Vice-Presidente Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro e pelo Secretário da Mesa Dr. Manuel Joaquim Rodrigues.

O Presidente da Mesa confirmou, ainda, através do respectivo mapa de presenças, que se encontravam presentes e devidamente representados os seguintes Accionistas, titulares de acções, com direito a voto:

- ▶ NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S. A., representada pelo Sra. Dra. Ana Rita Martins Rodrigues Eusébio, titular de 728.344 (setecentas e vinte e oito mil e trezentas e quarenta e quatro) acções, representativas de 72,83% (setenta e dois vírgula oitenta e três por cento) dos votos;
 - ▶ THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS AG, representada pelo Sr. Dr. Walter Klausmann, titular de 200.000 (duzentas mil) acções, representativas de 20% (vinte por cento) de votos;
 - ▶ PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A., representada pelo Sr. Dr. Luís Catarino Costa, titular de 29.666 (Vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e seis) acções, representativas de 2,96% (Dois vírgula noventa e seis por cento) dos votos;
 - ▶ Sr. Manuel Sousa Pereira, titular de 1.100 (mil e cem) acções, representativas de 0,11% (zero vírgula onze por cento) dos votos;
 - ▶ Sr. João Alexandre Dinis de Sousa, titular de 10.000 (dez mil acções), representativas de 1% (um por cento) dos votos;
- Estava, igualmente, presente o Conselho de Administração, bem como o Conselho Fiscal da Sociedade.

Ponto Um Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2013

O Presidente da Mesa, ... submeteu à votação da Assembleia o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2013, documentos que foram aprovados por unanimidade.

Ponto Dois Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal

..., o Presidente da Mesa submeteu a votação da Assembleia o Relatório do Conselho Fiscal, que foi aprovado por unanimidade.

Ponto Três Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados

..., o Sr. Presidente informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta de Aplicação dos Resultados, subscrita pelo Conselho de Administração, que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

“Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma “performance” no Exercício de 2013, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

- ▶ Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil Euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,
- ▶ Ao resultado líquido do Exercício, no montante de € 6.979.646,02 (Seis milhões, novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis Euros e dois cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	6.000.000,00 Euros;
Resultados Transitados	979.646,02 Euros.

Mitrena, 21 de Março de 2014
A Administração”

..., o Presidente submeteu a mesma a votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.

Ponto Quatro Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade

..., o Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta, subscrita pelo Accionista NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

“Proposta

A NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A., considerando a forma competente e eficiente como os titulares dos Órgãos Sociais da Empresa têm vindo a desempenhar os respectivos mandatos, designadamente durante o exercício de 2013, propõe que seja aprovado, por esta Assembleia Geral, um voto de louvor aos Conselhos de Administração e Fiscal da LISNAVE, ESTALEIROS NAVAIS S.A..

Caparica, 21 de Março de 2014
O Representante do Accionista NAVIVESSEL”

Apresentada a votação, esta proposta, foi aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente sessão, da qual vai ser lavrada a correspondente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, Vice Presidente e pelo Secretário da Mesa.

DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Alemanha

Zoepffel & Shneider GMBH

Hamburgo

Tel.: + 49 40 879785-0

Fax: + 49 40 879785-20

Arábia Saudita

The Reda Establishement

Alkhobar

Tel.: + 966 3 889 04 46

Fax: + 966 3 889 04 47

Brasil

Quilha Engenharia Naval e Representações

Rio de Janeiro

Tel.: + 55 21 253 9 3023

Fax: + 55 21 228 6 6874

Canadá

Wisepool Enterprises Ltd

(Transma Agents)

Vancouver

Tel.: + 1 604 272 18 73

Fax: + 1 604 272 18 43

Chipre

WSR – Services, Ltd.

Limassol

Tel.: + 357 25 34 44 18

Fax: + 357 25 34 44 19

Emiratos Árabes

Caribbean Trading Co LLC

Sharjah

Tel.: + 97 16 533 6334

Fax: + 97 16 533 6553

Espanha

Medco Shipbrokers, S.L.

Madrid

Tel.: + 34 91 431 52 35

Fax: + 34 91 575 05 00

Grécia

Resolute Maritime Service

Atenas

Tel.: + 30 211 182 90 00

Fax: + 30 211 182 90 02

Holanda/Belgica/

Luxemburgo

Esmar Marine Agencies BV

Amsterdão

Tel.: + 31 20 31 21 350

Fax: + 31 20 696 69 00

Hong-Kong/

Rep. China/Taiwan

Transma Limited

Wanchai

Tel.: + 852 28 611 623

Fax: + 852 28 613 901

Índia

Nautilus International

Mumbai

Tel.: + 91 22 2284 0878

Fax: + 91 22 2202 0452

Itália/Mónaco/Suíça

Cambiaso Risso Service Sam

Monaco

Tel.: + 377 9880 1360

Fax: + 377 9798 7848

Japão

AALL and Company Ltd.

Tóquio

Tel.: + 81 3 3407 7650

Fax: + 81 3 3407 7670

Noruega

Ulrik Qvale & Partners

Oslo

Tel.: + 47 22 51 16 16

Fax: + 47 22 51 16 08

Rússia/Ucrânia/Georgia/

Azerbaijão/Estónia/

Lituânia/Letónia

ZAO Ibérica

Moscovo

Tel.: + 7 916 555 21 20

Fax: + 7 499 500 80 33

Marequimpex S.L.

Madrid – Espanha

Tel.: + 7 916 555 21 20

Fax: + 7 499 500 80 33

Reino Unido/Irlanda

Calvey marine Limited

West Sussex

Tel.: + 44 1 903 748860

Fax: + 44 1 903 743390

Singapura/Malásia/

Tâilândia/Indonésia

C.C. Ship Repair & Services Pte Ltd.

Singapura

Tel.: + 65 633 866 67

Fax: + 65 633 810 11

Turquia

Intay – Tek Teknik

Hizmetler Ltd. Skt.

Istambul

Tel.: + 90 212 297 73 86

Fax: + 90 212 297 73 87

U.S.A. / Canadá

East Coast Marine Alliance LLC

Norwalk

Tel.: + 1 203 866 411 0

Fax: + 1 203 866 416 1

Venezuela

Kort Consulting XXI, C.A.

Caracas

Tel.: + 58 212 239 84 08

Fax: + 58 212 239 33 20

